

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 143/144

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE OUTUBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 05: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado)- Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE OUTUBRO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Beto Richa e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Dúflio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Ricardo Maia e Tony Garcia (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs CTL/SEEG/278, 279, 280, 281, 282, 283, 285 e 287/99, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

425/99: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$1.116.250,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.677. **Anote-se - Arquivo-se.**

277/99: De autoria do Deputado Cezar Silvestri que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Bela, com sede e foro no Município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.678. **Anote-se - Arquivo-se.**

293/99: De autoria do Deputado Cleiton Kielse que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Janiópolis e foro no Município de Campo Mourão, o qual convertido em lei tomou o nº 12.679. **Anote-se - Arquivo-se.**

315/99: De autoria da Deputada Serafina Carrilho que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM, do Colégio Estadual "Alberto Jackson Byington Júnior" - Ensino de 1º e 2º Grau, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.680. **Anote-se - Arquivo-se.**

182/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Municipais de Campo do Tenente - ASMUCAT, com sede no Município de Campo do Tenente e foro no Município de Rio Negro, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.681. **Anote-se - Arquivo-se.**

198/99: De autoria do Deputado Cezar Silvestri que, declara de Utilidade Pública a Fundação Lions Clube Curitiba Centro, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.682. **Anote-se - Arquivo-se.**

058/98: Do Poder Executivo que, dispõe que a Floresta Estadual Metropolitana, de que trata o Decreto nº 4.404/98, passa a ter 409,6587 ha de área, com as delimitações que descreve, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.684. **Anote-se - Arquivo-se.**

068/99: De autoria do Deputado Nereu Moura que, concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Verner Artur Conrado Barthelmess, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.686. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 1100/UECON/DA/FNS, da Senhora Carmen Lúcia Miranda Silvera, Chefe da Unidade Central de Execução e Prestação de Contas de Convênios, encaminhando cópia do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 743/97 celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e a Prefeitura Municipal de Sarandi/PR, visando prorrogar a vigência do convênio original; e o extrato de publicação

do Termo Aditivo do Diário Oficial da União. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº MPAS/SEAS/4463/99, do Senhor César Claudio Moreira Giraldez, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR dos recursos discriminados no Ofício, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada, referente ao mês de Agosto/99. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1066/UCECON/DA/FNS, da Senhora Carmen Lúcia Miranda Silveira, Chefe da Unidade Central de Execução e Prestação de Contas de Convênios, encaminhando cópia de Convênio que entre si celebram a Fundação Nacional de Saúde e o Instituto de Saúde do Paraná, visando implantar a unidade de apoio técnico do projeto vigisus; e o extrato de publicação do Termo de Convênio do Diário Oficial da União. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1342/99-SPES, do Senhor Juiz José Luiz Borges Germano da Silva, Relator do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, comunicando a concessão de prévia licença para o processamento criminal de Antônio Celso Garcia, filho de Felix Garcia Guerreiro e de Anesia Gribaldo Garcia, nascido em 23.04.53, CI nº 5833090-SP e CPF nº 359.490.409-10, denunciado nos autos do inquérito nº 1999.04.01.016389-6. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 520/99-GAB/SETI, da Senhora Mirian de Fátima Zaninelli Wellner, Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior Substituta, encaminhando cópia das informações requeridas pelo Deputado Hermes Fonseca, que pede esclarecimentos sobre “Repasse de recursos às instituições de ensino superior”. **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº ATCC/753/99, do Senhor Pretextato P. Tabora Ribas Netto, Chefe da Casa Civil, encaminhando cópia das informações requeridas pelo Deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre “o teor e qual o embasamento legal do contrato com a Prefeitura Municipal de Quatro Barras para cobrança da taxa de R\$2,50, que está sendo descontada na conta de água de cada morador, referente prestação de serviços”. **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, regime de urgência na tramitação do Projeto de

Lei nº 424/99, que cria o Núcleo Regional de Educação de Jaguariaíva.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) BETO RICHIA

REQUERIMENTO Nº 2197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER que seja incluída, na próxima pauta da Ordem do Dia, a Proposição Veto nº 19/99, que vetou o Projeto de Lei nº 176/99 de autoria dos Deputados Serafina Carrilho e Anibal Khury, que autorizava o Poder Executivo à doar imóvel em Maringá para o Recanto do Menor - CEMIC.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja destinado o tempo do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 26 de outubro próximo, para que possa fazer uso a presidente do Conselho Regional das Assistentes Sociais.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 2198

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja convocado o Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel Luiz Fernando de Lara, para prestar esclarecimentos sobre denúncia de envolvimento da Polícia Militar do Paraná, especialmente de membros do Alto Comando, no caso de estelionato envolvendo o casal Joni Rodrigues e Rosângela Abusio Rodrigues, bem como, improbidade administrativa decorrente de uso da instituição para fins eleitorais e compra irregular de uniformes.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica pelos seguintes fatos:

1. Conforme amplamente divulgado pela imprensa paranaense, membros do Alto Comando da Polícia Militar do Paraná, encontram-se envolvidos em grave escândalo.

2. Trata-se pois, do caso de estelionato envolvendo o casal Joni Rodrigues e Rosângela Abusio Rodrigues, que possuíam uma loja de venda de veículos, denominada Joni Veículos Ltda., sita a Avenida Salgado Filho, 4873, os quais segundo o noticiário, lesaram aproximadamente 300 proprietários de veículos (conforme Jornal Folha de Londrina / Folha do Paraná, Caderno Cidades,

pg. 001, de 19/05/99) estimado em 2 milhões de reais (conforme Jornal Folha de Londrina / Folha do Paraná, Caderno Folha Curitiba, pg. 03, de 28/05/99).

3. O dito casal, segundo informa a imprensa, vieram a esta Capital em outubro de 1992, foragidos da Justiça da Cidade de Marília, Estado de São Paulo, onde respondiam a vários processos por estelionato, sendo inclusive condenados em três deles (conforme Jornal Folha de Londrina / Folha do Paraná, Caderno Folha Curitiba, pg. 2, de 02/06/99).

4. A Delegacia de Vigilância e Captura de Curitiba, possuía mandado de prisão preventiva contra Joni Rodrigues, desde outubro de 1996 (conforme Jornal Folha de Londrina / Folha do Paraná, Caderno Folha Curitiba, pg. 03, de 28/05/99), não obstante, este permanecia livremente desempenhando suas atividades comerciais na capital e em todo o Estado do Paraná, gozando inclusive de grande prestígio e livre acesso junto ao Alto Comando da Polícia Militar do Paraná (conforme Jornal Folha de Londrina / Folha do Paraná, Caderno Folha Curitiba, pg. 02, de 02/06/99).

5. Destaca-se ainda, que o golpista tinha apoio da Polícia Militar em suas atividades, sendo que um ofício assinado pelo Tenente Coronel Itamar dos Santos, Chefe da PM-2, indica que o Comandante Geral da PM, Coronel Luiz Fernando de Lara, tinha conhecimento da inadimplência de policiais militares que não conseguiram quitar suas dívidas com Joni Rodrigues (conforme cópia em anexo). Um ofício assinado pelo Tenente Coronel Santos, menciona que por ordem do Comandante Geral, a PM-2, recebeu uma lista com os nomes dos policiais militares que estavam inadimplentes com a Joni Veículos Ltda. (conforme Jornal Folha de Londrina / Folha do Paraná, Caderno Folha Curitiba, pg. 03, de 28/05/99).

6. Somam-se a esses, fatos de gravidade ainda maior, indicando improbidade administrativa, documento assinado pelo Coronel Valdemar Kretschmer, datado de 21 de setembro de 1998, intitulado "Coordenação de apoio da Campanha pró A. Lupion - Agentes Multiplicadores no público interno da PMPR", o qual estabelece finalidade, objetivos, sistemática e metas de campanha eleitoral em favor do candidato, hoje Deputado, Abelardo Lupion, a ser desenvolvida dentro da corporação pelos próprios policiais militares (conforme cópia anexa). O referido documento indica uso institucional da Polícia Militar do Paraná em favor da Campanha de Lupion, em flagrante improbidade administrativa.

7. E por fim, explicar a compra de uniformes e empréstimo de recursos da corporação a terceiros.

REQUERIMENTO Nº 2190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de profundo pesar às famílias de Ivanir e Dirce Bellé e Roberto e Sandra Gross, residentes

no Distrito de Novo Horizonte, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família do Senhor Guilherme Zucchi, pelo seu falecimento, ocorrido no último dia 16 de outubro.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Guilherme Zucchi, faleceu no dia 16 de outubro no Município de Realeza. Deixa viúva a Senhora Alzira Zucchi e 3 filhos.

Pessoa muito querida naquele município, onde por sua conduta e dedicação, deixa o exemplo de pai, esposo e amigo a todas aquelas pessoas que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

REQUERIMENTO Nº 2193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Piên, pelo transcurso de seus 38 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Orlando Dranka, ao vice-Prefeito Sr. Moacir Grazi Gonçalves, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Piên.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 1º de novembro, o Município de Piên estará comemorando festivamente seus 38 anos de emancipação política.

Portanto, parabenizamos toda a população trabalhadora e honesta de Piên, que continua dando o melhor de seus esforços em prol do completo desenvolvimento do município.

Cumprimentamos também seus administradores, que através do trabalho sério e com competência continuam mantendo o mesmo ritmo de desenvolvimento que tem caracterizado o município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, orgulha-se em transmitir a todos, os votos sinceros de muito sucesso e do crescente progresso da região.

REQUERIMENTO Nº 2194

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Zilá Pereira e Antonio Pereira, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2195

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Leonildo Fragante e Maria Madalena Fragante, que completará 50 anos de união conjugal em 23 de outubro próximo corrente, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2196

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Guerino Nardino e Vanda Nardino, que completou 60 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Diamante. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas

divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2201

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Jocelito Canto, pela criação do primeiro parque “urbano”, com o nome de Chácara D. Margarida Masini.

São mais de dois alqueires de área verde, onde haverá espaço para shows, trilhas para caminhada, cachoeira, praça de alimentação, academia para exercícios físicos além de uma série de serviços para os frequentadores. A população terá a oportunidade de conhecer várias espécies de flores e plantas que serão expostas constituindo um Jardim Botânico, uma das principais atrações do local.

Além de um espaço de lazer, a população Pontagrossense poderá contar com médicos que estarão no local para medir a pressão dos visitantes, nos dias e horários estipulados, e os estudantes poderão usá-lo para fazer trabalhos ecológicos.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2206

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado o Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Herwig, para que preste as seguintes informações:

- Quais os motivos que levaram ao corte de árvores à beira da Rodovia Ponta Grossa-Curitiba?

- Qual a empresa responsável pelo corte destas árvores?

- Qual o destino das árvores cortadas? Se vendidas, qual a destinação dos recursos?

- A empresa responsável possui autorização dos órgãos ambientais para realizar tais cortes?

O presente requerimento justifica-se pela necessidade de informações que venham esclarecer sobre o corte de árvores que vem sendo executado há alguns meses à beira da Rodovia Ponta Grossa-Curitiba, uma

vez que a população paranaense desconhece quem é o responsável por tais cortes, suas razões, bem como a destinação das árvores cortadas.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 529/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Senhoras dos Rotarianos de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Senhoras dos Rotarianos de Paranaguá foi fundada com a finalidade de colaborar com as obras e iniciativas que procuram promover o bem estar moral e material da coletividade parnanguara, assim com dar solução a qualquer problema humano, de caráter social ou individual, que chegue ao conhecimento da associação e que a solução esteja ao seu alcance.

Isto posto, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 530/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Município de Paranaguá, como Estância Turística Religiosa, Santuário de Nossa Senhora do Rocio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Estamos nos aproximando da celebração de 2.000 anos do nascimento de Jesus Cristo e dos 500 anos do Brasil e também da perseverança da Igreja Católica em nosso País. Para a nação, são datas muito significativas pois estão na essência cultural do povo, na sua grande maioria católico. No Brasil, o coração da Igreja Católica é o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo. Todos os anos, milhões de pessoas visitam Aparecida do norte. O mesmo fenômeno deverá acontecer nos santuários estaduais.

No Paraná, Estado com herança cultural e religiosa indiscutível, o santuário localiza-se no litoral, no Município de Paranaguá e é dedicado à Nossa senhora do Rocio, padroeira do nosso Estado.

Do Município:

Paranaguá, fundado em 29 de julho de 1648 pela Carta Régia com a mesma data, tem a prerrogativa de ser o Município mais velho do Estado do Paraná. A cidade cresceu tão rapidamente que em 1660 foi transformada em Capitania, que foi extinta em 1749 e anexada à capitania de São Paulo, e, em 1749 iniciou-se a Ouvidoria de Santa Catarina com a desagregação do imenso território parnanguara.

A localização geográfica permitiu que, ao longo de sua existência, a cidade participasse de diversas ações militares, tanto é que foi construída a Fortaleza da Ilha do Mel, que atualmente é um dos pontos turísticos mais visitados do Município. Paranaguá possuiu ainda as Docas de D. Pedro II, construídas em 1943 com 450m de cais acostável. Posteriormente este mesmo porto foi modernizado, e tornou-se o que é hoje, um dos mais importantes do nosso País.

Vias de acesso a Paranaguá também chamam a atenção dos que a visitam - tanto a moderna rodovia que liga Curitiba, como a via férrea, cujos trilhos de aço, colocados nos contrafortes da serra ainda no século passado, deu o pontapé inicial para transformar o Paraná provincial, no Estado moderno de hoje.

O município é conhecido internacionalmente pela sua beleza histórica, além de abrigar a imagem legítima da Padroeira do nosso Estado - Nossa Senhora do Rocio.

Da Padroeira:

Conta a tradição que a imagem miraculosa de Nossa Senhora do Rocio foi encontrada na rede de Pai Berê, um pescador que rezava com seus vizinhos os terços, todas as noites.

Conta-se ainda que por diversas vezes, quiseram levar a imagem à Matriz e que a imagem voltava a noite sempre ao seu antigo lugar, onde surgira, e onde hoje se ergue o Santuário.

Em 1686 apareceu no Brasil uma peste, denominada Peste Grande que chegou à Paranaguá. A peste era tão ativa e tão mortífera que, em breves dias, dava à morte famílias inteiras, sem tempo de se ministrar medicinação e os doentes sofriam terrivelmente. Em Paranaguá, o povo recorreu ao auxílio de Nossa Senhora do Rocio e a cidade, flagelada pela terrível doença, foi coberta com o manto protetor da Santa, que em mãos do Padre, percorreu suas ruas. Conta-se que Paranaguá, comovida, assistiu a evidência do milagre, vendo, desde o dia em que a Virgem protetora percorreu suas ruas, cessar o flagelo que a oprimia.

De lá para cá a devoção à Santa cresceu. A imagem original, que estava em uma pequena capela, foi furtada. Mandou-se confeccionar uma nova imagem - que é a que hoje reúne aos seu redor os fiéis. A imagem, que estava nesta capela - que tornou-se uma sala de milagres, dado

ao grande número de fotografias agradecendo aos milagres feitos pela Santa, está agora no Santuário, construído atrás desta sala de milagres. Atualmente, está sendo construída uma nova praça para o Santuário.

Do Projeto:

Essa devoção que tem suas raízes no século XVII e está no coração do povo paranaense. Objetivando motivar os fiéis a visitarem o Santuário da Padroeira do Paraná, a imagem está visitando todo o Estado. Vivemos um momento único para alcançar o status que o Santuário do Rocio merece, pois a população paranaense está ávida para conhecer a Casa da Senhora do Rocio e a ela prestar sua homenagem.

Paranaguá, já conhecida pela sua beleza histórica, necessita dotar-se de infra-estrutura suficiente e adequada para atender esta demanda de peregrinos da fé, em todos os sentidos. Aquele que visita o santuário, de qualquer forma está fazendo turismo, já que Paranaguá, além da sua já citada beleza histórica, está localizada no litoral paranaense.

A presença do turista peregrino movimenta a cidade; a grande maioria dos estabelecimentos comerciais será beneficiada. Este potencial pode ser aproveitado para o desenvolvimento do município, com a geração de postos de trabalho e divisas.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei, que muito virá beneficiar aquele município, que será oficialmente o Segundo Santuário do Brasil, já que o outro é o Santuário de Nosso Senhor do Bonfim na Bahia.

Paranaguá, sede do santuário da Padroeira do nosso Estado, merece ser considerado instância turística religiosa, já que, com certeza congregará um número de fiéis muito maior do que já congrega nos dias de hoje.

PROJETO DE LEI Nº 531/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa, no Brasil - BRASPOL, com sede e foro na Cidade de Campo do Tenente, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora encaminhamos a esta augusta Casa de Leis, objetiva declarar de Utilidade Pública a Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa - BRASPOL, fundada no dia 27/01/90, com objetivo de atender os anseios e aspirações, do seguimento representado pelas famílias polonesas, radicadas em nosso País. A instituição em apreço, é pessoa

jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF nº 00.142.250/0001-66, estando em pleno e regular funcionamento, face o disposto em seus estatutos.

A instituição referida, no desenvolvimento de seus objetivos presta, gratuitamente, serviços relevantes à coletividade que representa, e demais seguimentos daquela sociedade, além de desenvolver projetos nas áreas de educação, cultura, especialmente, esportes entre outros, inclusive, em convênio com órgãos públicos e privados, visando o bem comum e o desenvolvimento comunitário.

Face ao exposto, considerando a relevância dos trabalhos prestados pela Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa - BRASPOL, em prol da comunidade. Solicito aos nobres Pares a apreciação e aprovação do projeto de lei em epígrafe.

PROJETO DE LEI Nº 532/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a determinar que todos os veículos alugados para o nosso Governo do Estado paranaense, sejam movidos à álcool, isso, a partir do mês de março do ano 2000.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O principal objetivo do projeto de lei, ora apresentado é proporcionar oportunidade que os veículos alugados para o nosso Governo do Estado paranaense, ou que venham a ser alugados sejam movidos à álcool, após o mês de março do ano 2000.

A partir dos primeiros veículos alugados à álcool, certamente outros veículos serão alugados, com isso, incentivando a produção de veículos movidos à álcool em todo nosso território paranaense.

Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, entendemos que o presente projeto de lei, recebendo a aprovação dos nobres Pares, sancionado por seu Excelentíssimo o Senhor Governador do Estado do Paraná, terá imenso valor, já que futuramente, serão beneficiados de uma grande economia para o Estado do Paraná.

Assim, respeitosamente, solicitamos que os nobres Deputados aprove o projeto.

PROJETO DE LEI Nº 533/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar, com o Município de Maringá, termo de cessão de

uso do prédio em alvenaria, com 763,82 m², edificado sobre a data de terras nº 18, parte da mesma, da quadra nº 179, com área de 3.850 m², localizada no Jardim Alvorada, em Maringá, havida pelo Estado conforme matrícula nº 8.045, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca.

Parágrafo Único - O cessionário deverá utilizar o imóvel de que trata o *caput* deste artigo exclusivamente na manutenção da Unidade de Preparação de mão-de-obra do município, sob pena de cancelamento da cessão.

Art. 2º - A cessão de uso autorizada por esta lei vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por outros 2 (dois) anos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.10.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

Através da Lei nº 9.290 de 07 de julho de 1990, foi cedido ao Município de Maringá o prédio em alvenaria, com 673,82 m², edificado sobre a data de terras nº 18, parte da mesma, da quadra nº 179, com área de 3.850 m², localizada no Jardim Alvorada, naquele município, havida pelo Estado conforme matrícula nº 8.045, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca, objeto do presente projeto de lei, tendo em vista o prazo ter sido expirado.

Atualmente, e sob o manto da lei, encontra-se instalada no referido prédio, a Guarda Mirim de Maringá, cujo objetivo é colocar o adolescente em serviço de aprendizagem profissional condizente com os termos da Lei nº 8.069, sem prejuízos nos estudos e na instrução, inclusive cívica; treinar o adolescente para que o mesmo possa adquirir conhecimento suficiente e, contribuir no orçamento familiar, proporcionando o entrosamento entre os adolescentes, dando oportunidade a eles de conhecerem outros procedimentos profissionais. A entidade atende menores na faixa etária de 12 a 18 anos, incompletos, freqüentando regularmente uma escola, levando em consideração o grau de escolaridade conforme o curso pretendido.

A entidade oferece aos adolescentes os seguintes cursos: Auxiliar de Escritório, Informática, Corte e Costura, Tornearia Mecânica, Serigrafia, Trabalhos Manuais, Capoeira, cujos cursos têm seus conteúdos programáticos voltados a suprir as deficiências elementares ao adolescente, colocando-o em condição de prestar diferentes serviços à comunidade empresairal de Maringá e região.

A Guarda Mirim de Maringá atende atualmente 160 adolescentes nos cursos mencionados.

Para tanto, conto com o apoio dos Senhores Deputados, para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Encontra-se hoje nesta Casa um grupo de abnegadas, de mulheres, de homens, que dão a sua vida no leito de um hospital. É uma profissão dignificante e que acredito, que até numa outra encarnação a minha esposa foi enfermeira, porque a maioria das pessoas da minha família morre sempre ao lado da minha esposa, sendo atendida por ela.

No dia 20 de setembro, pela manhã, Presidente Nelson Justus, no Rio de Janeiro, o meu repórter Paulo Ricardo - que tenho no Rio de Janeiro - me ligou e disse: "Alborghetti, acabam de matar um casal, assassinado." Para mim foi uma execução. O casal foi executado, para mim foi uma chacina, e foram mortos o Marcos Otávio Valadão e a Edima Rodrigues Valadão. Um casal, que são sindicalistas sérios, idôneos, cara limpa, não usavam máscaras. Não tinham que tirar a máscara para lavar a cara. Estavam enfrentando alguns canalhas, alguns cafajestes, que não queriam que Marcos e Edima descobrissem a realidade que estava acontecendo no COFEN - Conselho Federal de Enfermagem.

Eles já vinham sendo ameaçados, por telefonemas anônimos. Enfim, queriam calar definitivamente a boca do Marcos, da sua esposa, que queriam apurar uma série de desmandos, de corrupção, de sacanagens, de aberrações, que estava acontecendo no Conselho Federal de Enfermagem.

Como eles não se amedrontaram... Pasmem, no centro do Rio de Janeiro, encontraram, metralharam o casal, de manhã. Sabem por quê? Porque eles eram dois serem humanos, que queriam normatizar, que queriam transparência, que queriam honestidade, que queriam direitos iguais.

Fui a única televisão neste País - as outras deram lapadas rápidas - fiquei exatamente 15 minutos discutindo e analisando o assassinato do Marcos e da Edima, e o Rio de Janeiro inteiro me assistiu.

Tanto é, que em seguida, a Assessoria do Governador Antony Garotinho me ligava e dizia que eu ficasse tranquilo, como Deputado, como vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública do Paraná, que as providências iriam ser tomadas, só que agora nada foi feito para descobrir esta chacina.

Este crime de encomenda me dá medo, Deputado Annibelli, porque ontem foi enterrado, no Rio de Janeiro, um Cabo sem a cabeça. Foi um sepultamento que parou o Rio. Enterraram um Cabo que estava chegando em casa e viu cinco homens sendo assassinados e ele, por olhar os bandidos e dizer que trabalhava na PETROBRAS, foi revistado e viram que ele era Cabo. Sabem o que fizeram? Cortaram e sumiram com a sua cabeça e tiveram

que sepultar o Cabo da Polícia Militar, que já era herói, já tinha sido condecorado como herói na Polícia Militar, tinha prestado relevantes serviços à Polícia Militar do Rio de Janeiro e o Secretário de Segurança não foi ao enterro, o Governador não mandou representante, ninguém e a esposa disse que a cidade está entregue aos bandidos e os bandidos não têm medo da Polícia.

A gente sente medo. O Rio é uma cidade maravilhosa. Gostaria de dizer às enfermeiras que estão aqui, que no meu Paraná não acontece isso. O Paraná é de paz. Temos uma grande polícia. Temos índices de criminalidade sim, mas não da maneira como mataram o Marcos e a Edima em plena luz do dia. Se não me engano, não sei se antes de Copacabana ou Ipanema. Passando Ipanema, entrando em Copacabana, na Avenida principal onde foram assassinados. Orgulho-me de morar no Estado do Paraná e amo o Rio de Janeiro, que é o cartão de visitas do meu País, a “Cidade Maravilhosa”, de Tom e de Vinícius, cantada em versos, mas não posso admitir, minhas enfermeiras! Quantas vezes já estive internado e tive uma de vocês ao meu lado.

Recentemente estive num hospital e vi quão dignificante é a profissão de uma enfermeira, e às vezes temos mais confiança na enfermeira do que no próprio médico, com todo o respeito aos senhores médicos, mas são elas que nos traduzem a confiança, a serenidade, a paz, o amor e repartem conosco até os nossos segredos.

Quero deixar a vocês - e me permitam tratá-las por “vocês” - toda a minha luta, o que puder fazer como Deputado e o que puder falar nos meus dois programas de televisão - um à uma hora da tarde para o Estado do Paraná - e o outro às sete e meia da noite - em rede nacional - vocês podem ter certeza que não tenho medo desses assassinos. Vou até o fim lutar para que os autores, os canalhas, os assassinos, aqueles que rasgaram a Constituição brasileira na cara deste casal, cuspiram na bandeira do meu País, cuspiram no Hino Nacional do meu País e tenho a certeza que vocês podem contar - não comigo - com o Presidente da Casa, com a Mesa Diretora desta Casa e com cinquenta e quatro Deputados em defesa da dignidade, em defesa da honra, do caráter, da lealdade deste casal que lutava apenas para acabar com a corrupção no meio do COFEN, que é o órgão que dirige a vida dos senhores enfermeiros e das senhoras enfermeiras do meu Estado e do meu País.

Contem comigo e contem com esta Casa, porque este é o melhor Parlamento do Brasil, e dirigido por um homem sério, de respeito, por uma Mesa séria, de respeito, comandada pelo Presidente, Deputado Nelson Justus.

Era só, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhoras Enfermeiras e Enfermeiros que aqui se encontram. O Deputado Alborghetti fez com precisão cirúrgica as colocações a respeito do trabalho das enfermeiras e dos enfermeiros e, sobretudo, do grave momento que vive esta classe especialmente no Estado do Rio de Janeiro.

Quero me somar a ele, somando-se à dor de toda uma categoria que, na data de hoje, 20 de outubro, comemora ou relembra o triste e duplo assassinato acontecido na cidade do Rio de Janeiro, onde perderam a vida Edima Rodrigues Valadão, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Rio de Janeiro e Marcos Otávio Valadão Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem Seção do Rio de Janeiro.

Ora, é de muito que nós conhecemos as dificuldades da saúde brasileira e também conhecemos, de muito, a corrupção que graça este setor. Mais recentemente no Estado do Rio de Janeiro, nós, constatamos pela Imprensa, que Diretores Clínicos, quando não amordaçados na sua liberdade no exercício da profissão, eram, inclusive, ameaçados. Eles e suas famílias, porque estava combatendo a corrupção no setor da saúde. E este casal: ela representando o Sindicato dos Enfermeiros e ele representando a Associação dos Enfermeiros do Brasil Seção Rio de Janeiro, denunciando, inclusive com um processo no Tribunal de Contas da União, teve uma morte estúpida já narrada pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti, mas que o Brasil todo indignou e não basta que nós fiquemos apenas e tão somente na indignação, mas é necessário que tomemos uma posição. E, tenho certeza, que esta Casa subscreverá um Ofício, Sr. Presidente, ao Ministro da Justiça, solicitando a apuração rigorosa dos fatos. E para que possa ser melhor relatado por quem integra a profissão. E neste momento compartilhador da perda não de mais um profissional, mas que mais de dois idealistas que lutaram, que trabalharam e que buscaram, dando como contribuição as suas vidas à melhoria do processo de transparência da administração brasileira especialmente na área de saúde.

Portanto, Sr. Presidente, com a sua licença convido a Sra. Alaertes Leandro Martins para que ela possa desta tribuna fazer uso do tempo que assim o senhor a conceder. Agradeço o seu deferimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já tínhamos realmente deferido o pedido de Vossa Excelência, e a Sra. Enfermeira tem o prazo de 5 minutos para discorrer sobre o assunto que achar necessário.

A SRA. ALAERTES L. MARTINS

Boa tarde a todos. Excelentíssimo Presidente Deputado Nelson Justus, Senhores Secretários, Senhores Deputados, Sras. Deputadas, Deputado José Maria Ferreira que possibilitou a presença da enfermagem nesta Casa, Senhores e Senhoras, colegas enfermeiros.

A Associação Brasileira de Enfermagem, instituição existente há 73 anos a nível nacional, e 43 anos no

Estado do Paraná, junto com toda categoria de enfermagem, está de luto.

As mortes dos colegas enfermeiros, Edima R. Valadão, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, e Marcos O. Valadão, Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem no Rio da Janeiro, ocorridas no dia 20 de setembro, assombra a enfermagem que é uma profissão que defende a vida, mas não tira a nossa coragem de continuar lutando.

Os dois sempre foram reconhecidos pela forma competente e ousada de defender os reais interesses da Enfermagem, e firmes integrantes do Movimento - Movimento Nacional pela Moralização e Inovação do Sistema COFEN/COREN's.

Crimes sob encomenda são difíceis de evitar. No Rio de Janeiro, essas nossas duas lideranças denunciavam o Conselho Federal de Enfermagem e acompanhavam pessoalmente as investigações sobre dois crimes anteriores cometidos para se evitar denúncias contra o pequeno grupo que domina o órgão, Conselho Federal de Enfermagem. Se os Mandantes sempre repetem a dose contra seus inimigos é sinal de que se sentiram seguros. Este é o ângulo da questão. O outro ângulo se sempre repetem a dose, é porque não se prepararam para desmascará-los?

No Brasil, grande parte dos crimes é de natureza política. Não há necessidade do clima de violência no Brasil atingir os patamares colombianos.

A Enfermagem vive um momento trágico na história nacional.

Todos os trabalhadores da enfermagem sabem o quanto é necessário movimentar-se frente a ação corrupta desse sistema em sua vida profissional.

As denúncias já foram enviadas ao Tribunal de Contas de União desde 98, à Procuradoria Geral da República, e além dessa série de desmandos administrativos, o Conselho Federal de Enfermagem aparece documento da Secretaria de Justiça do Rio da Janeiro, na lista das mortes envolvendo a área de saúde, que investigava a morte do Conselheiro Enfermeiro Guaraci Novaes. No Estado do Paraná, nós fomos tomados de surpresa agora dia 7 de outubro, com anulação do nosso processo eleitoral, para o Conselho Regional de Enfermagem.

Fomos tomados de surpresa, Sr. Presidente, porque foi um processo lícito e honesto, democrático que aconteceu no Paraná. Simplesmente foi anulado o processo.

Por isso que a gente pede a esta Casa de Leis, as nossas reivindicações que são: que o Tribunal de Contas da União execute auditoria contábil financeira no Conselho Federal de Enfermagem, enquanto isso que haja intervenção em todo o sistema COFEN/COREN's:

Que as denúncias que já foram formuladas sejam apuradas com todo o empenho e vigor pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e pelo Ministério da Justiça, possibilitando o esclarecimento urgente dos fatos e punição de todos os envolvidos, assassinos e mandantes.

Garantia de proteção a vida, e já protocolamos, inclusive, aqui, na Secretaria de Segurança do Paraná, inclusive, de todos os dirigentes da Associação Brasileira de Enfermagem, Nacional e Estaduais, da Federação Nacional de Enfermeiros, do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, e de outros colegas que participam do grupo Movimentação. Enfim, todos nós que estávamos ombro a ombro com Marcos e Edima no processo de denúncia já relatados.

Pela abertura do debate nacional sobre o controle da sociedade na fiscalização do exercício profissional da saúde.

Quero finalizar dizendo que, enquanto alguns respondem processos na enfermagem, outros morrem lá no Rio de Janeiro, tão distante, o que facilmente pode cair, simplesmente, na violência, característica da cidade, nós da enfermagem aqui do Paraná também nos sentimos um pouco mortos, no que há de mais humano e essencial, na honestidade e hombridade do povo paranaense, que é esse processo de anulação das nossas eleições no Estado.

Por isso, viemos a esta Casa pedir o apoio de todos os nobres Deputados.

Por isso, pedimos esse socorro.

Agradeço o momento que nos foi concedido.

Estamos entregando um mini dossiê a cada um dos Senhores Deputados com alguns documentos, convidamos para a missa, hoje, às 19 horas, na Igreja Bom Jesus, e nos colocamos à disposição.

Agradeço muitíssimo a oportunidade. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, ilustres visitantes.

Acho que cabe a nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, além do nosso apoio moral, desta Casa, a uma das mais nobres classes da nossa comunidade, não só paranaense, mas brasileira, que aqui se faz presente, reclamando os seus direitos e dando a nós a oportunidade de conhecer, em detalhes, o que ocorre dentro da classe da enfermagem de todo o Brasil, e principalmente no nosso Estado. Cabe aos Senhores Deputados enviar as autoridades maiores desta nação um pedido, através de um ofício pessoal de cada um desta Casa e também da Mesa Executiva, um apoio a estas reivindicações que são as mais justas e principalmente as mais identificadas com a comunidade de um modo geral.

Tenho a certeza, não só os senhores diretores, mas todos os membros desta classe, que este Plenário, além do total e restrito apoio moral que dá, também dá em todas as oportunidades que forem solicitadas, como essa, o seu apoio oficial, através dos ofícios endereçados as autoridades maiores desta nação.

Mas, queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que na tarde de ontem, mais precisamente na minha Cidade de Ponta Grossa, na Região dos Campos Gerais, ali tivemos mais uma das inaugurações, inúmeras delas, do assentamento de investimento de capital estrangeiro que aqui aportaram no Paraná, através da Secretaria de Indústria e Comércio, que era comandada pelo nosso atual Presidente Nelson Justus que não evitando esforços e principalmente num trabalho digno de louvor como já foi feito nesta Casa e por este Deputado, trouxe ao Paraná interesses outros que eram realmente dirigidos a outros Estados da Federação e conseguiu ele, na Secretaria de Indústria e Comércio, através da sua habilidade, da sua competência, da sua honestidade de propósitos, trazer ao Paraná o investimento da industrialização fosse no Setor automotivo ou outros setores da indústria do nosso Estado.

E, lá em Ponta Grossa, ontem, foi inaugurada a continental, uma obra monumental que além de oferecer inúmeros recursos irá também trazer, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o auferimento de novos empregos a serem oferecidos à cidade e à Região dos Campos Gerais.

Naquela oportunidade o Prefeito de Ponta Grossa não tendo conseguido através de uma, duas, três, quatro, inúmeras vezes solicitado ao Chefe da Casa Civil uma audiência com sua Excelência, o Governador Jaime Lerner, o Prefeito de Ponta Grossa através de lideranças de outros segmentos também tentou viabilizar o encontro com o Governador do Estado.

Primeiro para agradecer como está transcrito na carta que vou ler aos Senhores Deputados e, em segundo, para reivindicar aquilo que é direito à nossa Cidade à nossa região a atenção dada ao Oeste, Sudoeste, Norte e Norte Pioneiro do Paraná.

Pedir à sua Excelência, o Governador a mesma atenção ao ensino universitário que é dada à nossa grande Londrina do Deputado Moysés Leônidas, do Deputado Alborghetti, Belinati e outros grandes Deputados que representam o Norte Pioneiro.

Reclamava o Senhor Prefeito de Ponta Grossa também e ilustrava que a atenção dada à Região do Edgar Bueno, Nereu Moura, Caíto Quintana, a Região Oeste, na Unioeste, naquela Universidade era realmente de encontro aos anseios daquela comunidade.

Queria o Senhor Prefeito de Ponta Grossa também identificar a atenção dada à Universidade de Maringá que auferiu diversos e inúmeros recursos que não foram dados à cidade de Ponta Grossa e mais precisamente à nossa Universidade Estadual.

Queria o mandatário da Prefeitura de Ponta Grossa expor ao Governador que o Prefeito era cobrado, assim como os Vereadores e lideranças da cidade, como todos os Senhores Deputados desta Casa, sobre as estradas abandonadas que foram tapeadas na época da eleição e que tiveram durante algum tempo a presença de maquinários que infelizmente de lá foram retirados e que não tiveram suas obras concluídas reclamadas não só por

produtores rurais mas pela transitabilidade que tem a Região dos Campos Gerais e o nosso centro que é Ponta Grossa.

(Utiliza o Horário da Liderança do PDT).

Queria também o Senhor prefeito municipal através das solicitações de audiência e do contato com o Senhor Governador, dizer que desejaria além de tudo isso que foi reclamado, a liberação também dos dois milhões e quinhentos mil reais da complementação do Paraná Urbano.

Queria também que aquele compromisso assumido em campanha pública, na presença de todas as lideranças e inclusive a minha, de que Ponta Grossa e a Região dos Campos Gerais seria agraciada como sempre foi no Governo Richa, no Governo Álvaro, no Governo Requião, com a presença do Primeiro Escalão do Estado do Paraná não só pela votação que deu a Jaime Lerner mas pelo compromisso que ele assumiu como homem, com a região e com a cidade e com as autoridades da nossa cidade.

Tudo isto transcrito num requerimento respeitoso que aqui está assinado por Sua Excelência, o prefeito representando a comunidade e que não teve a oportunidade de ter uma audiência marcada no Palácio Iguaçu porque o chefe da Casa Civil num momento de inabilidade política esteve em Ponta Grossa sem aquilo que os Senhores Deputados têm de sobra e que falta um pouco ao Chefe da Casa Civil que foi tirado do Tribunal Regional do Trabalho e colocado, apesar do seu passado limpo, de uma história realmente que faz jus a qualquer digno paranaense que é o chefe da Casa Civil não tem a flexibilidade e não tem tato político que faltou naquela sua visita a nossa cidade quando se dispôs com a cidade de Ponta Grossa optando por uma transferência política extemporânea porque agora não existe candidatura nenhuma e não é período pré-eleitoral para o chefe da Casa Civil ir na minha cidade e dizer da sua preferência ideológica, partidária e pessoal de um candidato.

Faltou ao chefe da Casa civil, ponderação e equilíbrio.

Quero, Senhor Presidente e Senhores Deputados...

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Zuk, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Logo em seguida, com muito bom gosto, com muito bom gosto, ilustre Líder do Governo e gostaria que a Presidência também compactuasse neste meu horário com um período do horário da Liderança do Governo, já que em seguida vou ceder ao horário ao meu nobre colega Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Eu só pedi um parte, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Concedo o aparte, desde que me ceda o horário da Liderança do Governo.

Queria, Senhor presidente e Senhores Deputados, dizer que nós queremos realmente não aqui somente defender o Prefeito de Ponta Grossa, queremos defender a cidade, a região que não foi respeitada pelo Governador.

Aqui está a Carta Aberta do Senhor Prefeito, lida naquela oportunidade e entregue em mãos ao Senhor Governador. Basta dizer que nesta carta, num de seus itens, ele indica no acordo pré-firmado pessoas que não compõem o seu quadro político e nem pertencem ao seu partido político, ele indica quatro nomes para o Governador que não recebeu ele e naquela oportunidade teve conhecimento de nomes como o ex-Prefeito Pedro Wosgrau Filho, como o ex-Secretário Odeni V. Mongruel, como o nosso Magnífico Reitor, Omeri, como o Secretário João Barbieri, que é o único entre os quatro nomes ofertados ao Governo do Estado, ele cumpriu com aquela palavra empenhada com a cidade e com a região dos Campos Gerais.

Depois de tudo isto e agradecendo também ao Governador, o que é que aconteceu naquele episódio?

Foi uma falta de respeito mútuo do Governador com o prefeito e do prefeito com o Governador.

Quem lá esteve, quem presenciou sabe perfeitamente bem de que a gente quando deseja alguma coisa e não oportunidade de pedir aquilo que tem direito a cidade e a região na primeira oportunidade do encontro solicita, como foi solicitado, transcrito para que nada seja deturpado a não ser o documento que aqui está em mãos e eu entrego ao presidente da Casa, àqueles Deputados que desejarem que além da verdade, além da mídia a ser manipulada, nada mais foi feito do que existir o que o Governador deve a minha cidade e a minha região.

São obras inacabadas. São empreiteiros que fizeram e acreditaram no Governo e que estão quebrados hoje. São pessoas que realmente deram de si para o Governo do Estado e nada receberam naquele trabalho realizado.

Quer o Senhor prefeito Municipal demonstrar, através disso demonstrar ao Paraná, demonstrar a nós todos desta Casa que chega de tapeação, nós não queremos mais nada do que a razão, queremos que Ponta Grossa tenha este compromisso que ele empenhou na minha presença e na presença de toda a comunidade Pontagrossense.

Seja quem for o Secretário, eu falava pela manhã, pelo telefone se o Secretário fosse escolhido o Ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães, e ele disse que assinava em baixo, e nós também ratificamos porque qualidade, honestidade, propósito, propósito realmente de servir o Paraná igual o Deputado Plauto endossamos.

Mas que ele tenha a coragem suficiente de honrar a palavra.

Honra a palavra Governador, o senhor assumiu um compromisso com a cidade e com a região e não cumpriu, e não está cumprindo.

Não adianta o Líder do Governo, nosso ilustre amigo Rossoni, que não sabe dos detalhes, que nós respeitamos, que é um grande deputado, mas não sabe da falta de palavra do Governador, palavra empenhada é palavra que tem que ser cumprida com a comunidade.

A comunidade acreditou no Governador, deu a maior votação entre todas as cidades do Paraná, e vejam os Senhores, qual é a resposta do Governo.

A industrialização foi feita pelo grande Deputado Nelson Justus, pelo grande Secretário Sierra, pela lei do Anibal Khury, pela mão do Governador que o Prefeito reconhece na industrialização da cidade e parte dela, mas falta, Senhor Presidente e Senhores Deputados, neste nosso pronunciamento que é primeiro de uma série deles, trazer o que o Governo isentou em Ponta Grossa nas escolas que ele construiu, nas assistências que ele deu, nas parcerias que ele realizou, nos convênios que ele assinou, vou mostrar para você Plenário e Paraná, o que foi dado para Ponta Grossa.

Mas também ou ter o dever, Senhores Deputados, de trazer desta tribuna o que ele deu a Maringá, o que ele deu a Londrina, o que ele deu ao Oeste do Paraná e comparar em números.

Congratulo-me com o oeste, com o Norte, com o Sudoeste que conseguiram os recursos, que conseguiram os números distanciados dos nossos, mas quero também mostrar a esse Paraná a indiferença que se encontra Ponta Grossa, porque o Prefeito é transitório como eu que já fui prefeito, a cidade é permanente, o Governador tem mais três anos e pouco como Governador e vai se embora.

É a primeira vez na história dos últimos quinze anos que Ponta Grossa é desrespeitada, nunca...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência solicita a Vossa Excelência que conclua em um minuto por gentileza.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Terminando porque nós respeitamos o Regimento interno.

Se a Liderança do Governo nos desse o seu horário nós com muita grata satisfação estaríamos estendendo a Vossa Excelência o seu aparte, como também o ilustre Deputado Traiano, se me desse o Horário do PTB, para nós continuarmos falando. Mas nós teremos oportunidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós temos amanhã, depois, um mês.

Tenho três anos e pouco de mandato nesta tribuna e a imprensa aí vai ser a minha cobradora. Estarei aqui tantas quantas vezes forem necessárias, para deixar Ponta Grossa em pé, para dar o respeito aos Campos Gerais e para dizer que esse governo vai continuar e está devendo

com a cidade e a região. Nós vamos cobrar uma ação, não de papel, nem de televisão, nem de mentira, mas de ação efetiva com a minha cidade e a minha região.

Respeito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, todas as demais opiniões. Mas eu vivo em Ponta Grossa, sou o único Deputado que mora na cidade, vai e volta todo o dia. Vou e volto da minha cidade. Lá educo os meus filhos, tenho a minha família e tenho os meus interesses comerciais. Vivo na cidade.

Se alguém vir nesta tribuna com mentira, distorção ou com outra razão, vai ter de nós a cobrança que faremos dignamente, mas sempre de um respeito cristão, principalmente à figura humana do pontagrossense, do cidadão e da cidadã dos Campos Gerais e do nosso querido Paraná.

Obrigado, Senhor Presidente. Obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência com muita honra anuncia a presença dos Vereadores Rudi Schleder, Jordão Viana, Alberi Ferreira da Luz, José Valmor Martins e João N. de Quedas do Iguaçu. Sejam bem-vindos à Casa.

Quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, Senhores visitantes desta categoria já mencionada aqui, os nossos respeitos, quero deixar consignado aqui e cumprimentar o Deputado Zuk, parabéns pela sua forma incisiva, em defesa da sua cidade. Porque o mínimo que o cidadão, o seu concidadão, o seu conterrâneo, espera que cada deputado que aqui se faça representar, seja um representante digno e intransigente dos interesses da sua comunidade, da sua cidade. Porque é por isso que a comunidade elege o seu representante.

Quero dizer a V.Exa., Deputado Zuk, que a despeito da defesa intransigente de V.Exa. de mais recursos para Ponta Grossa, não tenho conhecimento como deputado de Londrina, de um excesso de ajuda do governo, também para nossa comunidade. Mesmo assim Londrina é uma cidade que tem um orçamento invejável, a nível de cidades do Brasil inteiro. E essa teia de corrupção, hoje, cantada em verso e prosa, com o dinheiro público da Prefeitura de Londrina, não por certo por excesso de dinheiro que se mandou do governo do Estado para lá.

Esse assunto já essa semana debatido aqui, será nosso tema futuro e vamos, oportunamente, falar dessa questão que desonra o londrinense, que é a malversação do dinheiro público, que hoje, todo o Brasil já toma conhecimento do que está acontecendo em Londrina.

Ouvi os outros oradores que me antecederam, trazendo problemas seriíssimos, dentre eles colocado pelo Deputado Alborghetti, falando da segurança que hoje vivemos no País inteiro, de uma insegurança total.

Hoje estou vendo na imprensa o ex-ministro e cidadão do mundo Edson Arantes do Nascimento, dizendo que o grande problema da pobreza, da violência no Brasil decorre da corrupção que é implantada no País e esta marca, Deputado Toni Garcia, da impunidade existente na nossa nação.

Então estou hoje, já protocolado ontem, dando conhecimento à Casa e já, antecipadamente, pedindo o apoio, porque o Estado do Paraná e em especial a cidade de Curitiba, esta cidade maravilhosa que tem sido cantada em verso e prosa, no mundo inteiro, como uma cidade com a melhor qualidade de vida, como a capital ecológica do País. Mas hoje a gente vê, a exemplo do que acontece em Londrina, um bolsão de miséria existente em volta da cidade, o que tira o brilhantismo do nosso Estado, inclusive da nossa melhor cidade.

Tenho acompanhado, como homem público, em Londrina, a implantação das novas indústrias que estão vindo para o Paraná e que também lá se instalaram. Durante a minha campanha eleitoral, foi mote da minha campanha a questão do desemprego, como deve ter sido mote da campanha da maioria absoluta dos Senhores Deputados que aqui chegaram. Hoje a pesquisa feita, nacionalmente, com esta política econômica nefasta, implantada pelo Governo Federal, e que está fazendo e dando continuidade aquela política antiga que nós tínhamos, que o rico está ficando cada vez mais rico e o pobre vivendo em estado de miserabilidade, nós temos sentido que a maior questão a família brasileira e também o é do Paraná, é o desemprego.

Estou apresentando um projeto que vem de encontro ao que nós pregávamos na campanha eleitoral, de tentar defender esta questão das famílias desesperadas com a questão do desemprego, em especial o desemprego no Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Nelson Justus, o Brasil é um País ingrato, V.Exa. que já esteve à frente da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado deve saber, aqui no Brasil quando o rapaz ou a moça tem 18 anos de idade ele não arruma emprego porque não tem experiência e é considerado muito jovem para o emprego. Depois, com 35, 40 anos de idade já está considerado muito velho para entrar no mercado de trabalho.

E eu tenho vista, Deputado Rossoni, V.Exa. que representa o Governo aqui, com brilhantismo, V.Exa. também deve ter acompanhado a quantidade enorme, outro dia uma senhora me parou e disse: - Olha, eu estou com 40 anos de idade, me sinto na maior condição de poder levantar cede e desempenhar o meu trabalho. Estou cansada de bater de porta em porta e não conseguir sequer um emprego para poder ser diarista em qualquer casa de família, que me pague o dia, para eu poder comer.

É por isso que estamos hoje aqui, e até com uma certa satisfação, apresentando este Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná a estabelecer no quadro de empregados das empresas que receberem subsídios, incentivos fiscais para poder se instalar

aqui no Estado do Paraná, uma quantidade de vaga que atenda esta faixa de menores, sem experiência, que atinge a maioria aos 18 anos, Isso deve ser estabelecido já, quando o Governo der o subsídio, quando der o terreno, quando der o incentivo fiscal, para que um percentual destas vagas seja dedicado a estas pessoas que não tem experiência registrada na Carteira Profissional.

E mais, que parte destas vagas seja destinada as pessoas acima de 35 anos de idade, porque é uma vergonha, no Brasil o cidadão completa os 35 anos, passa para os 40 anos e aí já não consegue trabalho, no mercado de trabalho! Se nós, no Paraná, temos um Governo que está preocupado com a questão da industrialização, e aí vai o reconhecimento de todo o Estado do Paraná. Se em Londrina fizemos uma política e ajudamos a desenvolver porque estive à frente da Secretaria de Administração da cidade, para atrair indústrias de tecnologia de ponta; nós aqui, como representantes do Paraná, devemos ter a sensibilidade que, se o Estado tem o poder de dar mais alguma coisa, através do incentivo fiscal, através de terrenos valiosos, tirando do próprio patrimônio do Estado do Paraná, podemos sim dar e fazer com que uma Legislação Estadual faça com que essas empresas que têm números - como tem por exemplo a Volvo, como tantas outras que vieram para cá - um número grande de empregados, que possa dedicar parte dessas vagas àqueles menores ou àquelas pessoas que não têm experiência em carteira, para tirar dessa marca tanto pai e tanta mãe que não dormem, que o filho pela manhã acorda, bate numa empresa, dessas de tecnologia de ponta e não tem experiência em carteira registrada, mas que deve um dia entrar no mercado de trabalho. Atender também àqueles que batem a nossa porta, que com trinta e cinco, quarenta anos já está fadado a morrer mais cedo pelo "stress", pelo desgosto, de não poder arrumar um emprego.

Então, quero aqui deixar já o apelo, que no mínimo estamos aqui cumprindo, fazendo justiça e muito mais cumprindo com o nosso trabalho, que é fazer a mais nobre que é a justiça social.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello, no Pequeno Expediente.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar as representantes Dirigentes, as enfermeiras do nosso Estado. E dizer que muito nos emocionou a sua ação, principalmente porque pertencemos ao Partido dos Trabalhadores. Partido do qual faziam parte os companheiros que foram assassinados barbaramente no Rio de Janeiro, Marcos Otávio Valadão e Edima Rodrigues Valadão. O nosso Partido lançou uma Nota Oficial, assinado por seu Presidente, José Dirceu, que eu leio nesse momento, para que conste nos Anais dessa Casa.

"Nota do PT

Sobre os assassinatos no Rio de Janeiro

Dois companheiros sindicalistas e militantes do PT foram assassinados nesta manhã no Rio de Janeiro. Marcos Otávio Valadão, Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), seção RJ, e Edima Rodrigues Valadão, Presidente do Sindicatos dos Enfermeiros do Estado do Rio de Janeiro, foram metralhados por motoqueiros numa emboscada, no momento do assassinato o casal se dirigia à Conferência Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.

O crime brutal não foi o primeiro atentado contra sindicalistas da Enfermagem. Dois companheiros, também exemplos de luta, dignidade, liberdade e defesa da vida e da democracia, já tombaram em crimes ainda não esclarecidos.

Todos denunciavam irregularidades no Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e defendiam a moralização da entidade.

O Partido dos Trabalhadores, solidário com os companheiros e familiares das vítimas, faz coro a ABEn e ao sindicato da categoria e apela para a imediata intervenção das autoridades públicas estaduais e federais no episódio. E espera que não sejam mais calados com a violência e a morte os que defendem a Enfermagem Brasileira Ccidã.

(a) JOSÉ DIRCEU - Presidente do PT"

Agradecemos em nome do PT, nos solidarizamos ao mesmo tempo com a representação dos enfermeiros que estão nessa Casa, nessa tarde de hoje.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Sou um Deputado por Ponta Grossa, cidade em que nasci, fui Vereador seis anos, segunda vez o Vereador mais votado da cidade. Fui candidato a Prefeito nas eleições passadas, tive quarenta um mil votos, trinta e três por cento dos votos daquela comunidade. E me sinto no dever, de me manifestar sobre o episódio ocorrido ontem quando da inauguração de uma empresa de nossa cidade. Diz um ditado popular "que nada melhor que um dia atrás do outro". O Senhor Prefeito Municipal, age comumente de forma destemperada. Ele primeiro mandou espancar violentamente o Jornalista do Estado do Paraná, na Munchen Fest. Um homem de confiança do Prefeito, assessor seu, foi agredido mais violentamente ainda, na entrada do camarote do Prefeito ficando hospitalizado por 15 dias e quase faleceu.

Recentemente o Prefeito de Ponta Grossa correu atrás de um juiz de futebol, da qual jogava o nosso querido operário. Ele é completamente destemperado. Ele tem vício que tem uma raiz conhecida que é a raís do populismo. O populismo vive e se alimenta do espetáculo, do escândalo, da enganação, da demagogia, da dominação das pessoas. Mas nada melhor do que um dia após o outro.

Fazia um debate há vinte dias numa rádio FM com o Prefeito. Sabe o que ele dizia para mim? "O Deputado do PT não traz nada para Ponta Grossa porque vive criti-

cando o Governador”. E não se cansa de repetir: “O Deputado Péricles não trouxe nenhum fio de novelo para Ponta Grossa”. Como se isso fosse culpa de um Deputado o fato de ir obras ou não para a sua cidade. Expliquei a ele, tentei ensinar o Prefeito que Deputado pede, briga, grita, faz requerimentos, mobiliza comunidade para defender os interesses da região que representa. Mas o Deputado não tem o poder constitucional de liberar recursos para a cidade. Disse também, e digo de cabeça erguida, porque tenho uma história única, que tem um caminho reto. Sou fundador nacional de um partido. Tenho a minha ideologia. Faço a crítica quando julgo necessário. Defendo a minha cidade e a população excluída desse país e desse estado.

Estranho que o Senhor Jocelito Canto próximo as eleições comece querer novamente viver de escândalos e de destempero. Esse mesmo Jocelito Canto que traiu o candidato a Governador que o apoiou nas eleições de Prefeito. O Senador Roberto Requião esteve em Ponta Grossa pedindo voto ao Senhor Jocelito Canto. Inclusive o vice dele é do PMDB. O que o Senhor Jocelito fez na hora da campanha de Governador do Estado? Traiu o Roberto Requião e disse ao povo de Ponta Grossa, mestre da enganação que é, que ele iria votar em Jaime Lerner porque se ele fosse amigo do Governador, o Governador iria levar coisas para Ponta Grossa. Esse mesmo Jocelito que, numa festa comemorativa, novamente se alimenta de espetáculo, utiliza o seu destempero já conhecido dizendo que luta a favor de Ponta Grossa.

A população não se engana mais com demagogia. A população sabe que daqui a 4 ou 5 meses, basta o Governador mandar uma “obrinha” para Ponta Grossa que ele estará de “beijos e abraços” com o Governador Jaime Lerner. A população tem que se enxergar através dos seus líderes com pessoas que buscam apontar um caminho sério, que atenda para a educação popular e não esse desvario, essa loucura, essa necessidade doentia do espetáculo e do escândalo. Radialista que, deve estar fazendo os maiores carnavais em Ponta Grossa desde ontem, usando as duas rádios da qual detém poder.

Mais que isso, é muito estranho que esse prefeito que sempre está me atacando, se esquece que pertence ao partido que, nesta Casa, sustenta o Jaime Lerner. Um partido que se recusou a assinar a Comissão Parlamentar de Inquérito das falcatrues do pedágio. Porque não diz isso ao povo. Que pare de vir com enganação e com demagogia.

É verdade, Senhores Deputados que a crítica ao Governador é correta, e essa crítica fazemos com fundamento.

Quando me elegi Deputado convidei Jocelito que era Deputado comigo, Plauto, Luiz Carlos Zuk, para que fizéssemos Emendas coletivas a favor de Ponta Grossa, porque o interesse da nossa cidade, da nossa região estava acima do nosso interesse particular.

No primeiro ano isso aconteceu, nos reunimos com o Jaime Lerner. Lembro-me que ele disse que seria o

Secretário de Ponta Grossa, que a cidade não tinha. Reunimos com o Paulo Cunha, que era o Prefeito da época, com o Presidente da Câmara, Vereadores, sindicatos, sentamos juntos para discutir as prioridades de Ponta Grossa e levamos essas prioridades ao Governador e, muito pouco foi feito, isso é a verdade. Criticamos sempre isso, não concordamos com a situação de abandono que a nossa cidade se encontra.

Fiz algumas Emendas que quero relatar, importantes para a história do Paraná. Ponta Grossa, que foi a segunda cidade do Estado, a rua Ferrovia São Paulo - Rio Grande, que é o primeiro movimento de construção do mercado interno brasileiro, da Industrialização Nacional, do final do século passado. Tem uma estação chamada, “Estação Saudade”, que foi feita para inaugurar São Paulo - Rio Grande, que está abandonada. Ela pertence ao município e está correndo o risco de cair.

O Prefeito nada faz, comete crime contra o patrimônio da nossa história.

O Governador, apresentei uma Emenda esse ano de 150 mil reais, como homem culto que é, que conhece a questão do patrimônio, que tem como ir ao Banco Itaú, as várias entidades que aqui fizeram o Palácio Avenida, nada fez por Ponta Grossa. Está lá a estação com o risco de cair.

Fizemos um projeto para ser votado nesta Casa, criando o Conselho de Defesa e Manutenção do Meio Natural Histórico e Cultural dos Campos Gerais, do turismo, até hoje não foi aprovada e nem liberado recursos de fundo de defesa dos Campos Gerais, de 150 mil reais, que aprovamos no orçamento.

Temos Emenda para fazer passarela sobre a avenida Souza Naves que vive morrendo crianças e, o governo não libera recursos.

Então, tem muito razão o Senhor Prefeito de criticar o Governador, mas, que critique com seriedade. A crítica com fundamento e não espetáculo, um destempero verbal, que só envergonha e depõe contra Ponta Grossa e contra a Região dos Campos Gerais.

Isso não digo aqui, disse a ele, cara a cara, olho a olho no debate, suas atitudes, Ponta Grossa não merece atitudes desvairadas, enlouquecidas, como o Prefeito tem comumente feito contra o povo de Ponta Grossa.

Nada melhor do que um dia atrás do outro, vamos ver o que estará fazendo o seu Jocelito Canto, daqui a seis meses. Se a sua posição tem um caminho reto, tem firmeza, tem pedagogia e é um verdadeiro líder que luta através das suas atitudes para educar o povo e não para deseducar, que é o que acho que ele faz.

Portanto, quero deixar muito claro a minha posição, entendo correta as críticas ao Governo do Estado, e as faço com autonomia e com decência e vou continuar cobrando as obras que Ponta Grossa não tem.

Agora, o Prefeito que saiba cumprir a sua função e saiba como fazer a crítica. A crítica verdadeira, a crítica correta, no momento que ela tenha algum significado e, não a crítica da falsidade, a crítica da reação popular.

Não poderia deixar de manifestar claramente a minha posição como Deputado dos Campos Gerais, nesse momento que Ponta Grossa mais uma vez se envergonha pelo destempero do seu mandatário maior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TÚLIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, tanto eu quanto o Deputado Luiz Carlos Martins pedimos um aparte ao Deputado Péricles Mello e acho que ele, na defesa que fez da sua cidade e não entrando neste mérito, acabou esquecendo de nos dar aparte. O que nos surpreendeu e tenho a impressão que foi traído pela emoção do seu discurso, quando falou “radialista que é”. Quero crer que Vossa Excelência não deva ter nada contra os radialistas. Faltou cumprimentar no seu discurso, o radialista que é o Prefeito Jocelito Canto, porque eu e o Deputado Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Alborghetti e outros radialistas, nos sentimos ofendidos.

Tenho a impressão que não foi intencional da sua parte.

O SR. PÉRICLES MELLO (**Questão de Ordem**)

Acho que cabe, por uma questão de elegância da minha parte, justificar ao Deputado. De forma alguma eu...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero crer que não há a menor necessidade de Vossa Excelência justificar, porque realmente todos nós percebemos que não houve o menor sentido de diminuir a digníssima profissão de radialista.

O SR. PÉRICLES MELLO

Gostaria de dizer isso e frisar claramente que tenho o maior respeito, inclusive tenho respeito pelo Prefeito enquanto radialista e falo isso. É um bom radialista, só que infelizmente, ele usa a profissão que ele tem, de forma equivocada, porque usa de forma demagógica e de forma a confundir a opinião pública.

Foi o que eu quis dizer.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrado o Pequeno Expediente. Passaremos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhoras convidadas, presentes hoje no nosso recinto, dirigentes do Sindicato dos Enfermeiros, sejam bem-vindas e recebam a solidariedade não só dos Deputados da Bancada do PT, mas do conjunto da Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná, como já foi manifestado por diversos Deputados de diversos partidos.

Senhor Presidente, me parece que o momento que vivemos no Estado do Paraná e no nosso país é um momento que se avizinha daquele momento que alguns visionários diziam que era o momento negro do final do Século.

Já desde a semana passada a Assembléia Legislativa debate denúncia, procedimentos por parte do Ministério Público na prefeitura da segunda maior cidade do nosso Estado, a Prefeitura de Londrina.

Ontem a Rede Globo, depois de vinte dias já desta matéria estar sendo circulada em toda a imprensa escrita do Brasil inteiro, mas a Rede Globo colocou no ar, no seu Jornal Nacional, e a Folha de São Paulo reproduz hoje novamente, as denúncias envolvendo lamentavelmente um paranaense que ocupa um cargo de responsabilidade no Governo Federal. Ex-Prefeito da Capital do Estado, ex-Deputado Estadual, o Senhor Rafael V. Greca, Ministro do Esporte e do Turismo.

As denúncias contra o Ministro são gravíssimas. Os episódios que estão sendo levantados no processo que investiga as denúncias de concessão de bingos no Brasil inteiro, são da maior gravidade. Por último agora, as notícias dão conta, Senhor Presidente, de que a medida provisória que o Senhor Ministro açodadamente, com a desculpa e com a justificativa de moralizar o serviço de concessão e administração dos bingos, transferidos para a Caixa Econômica Federal, depois das notícias veiculadas pelo Jornal “O Globo”, “Jornal do Brasil”, Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”, as denúncias vêm de que a portaria expedida pelo Ministro e a própria medida provisória que o Ministro encaminhou ao Presidente da República, foram formatadas por pessoas ligadas ao jogo internacional e pela máfia italiana.

O processo ganha dimensões inauditas e inesperadamente envolve, sem sombra de dúvida, a figura de um homem público com o Ministro Rafael Greca.

Cabe aqui talvez não se dar conselhos, mas talvez só tenha uma saída, de que entregue e solicite ele mesmo à Polícia Federal, e à Receita Federal e ao Ministério Público Federal que procedam às investigações no Ministério de Esporte e Turismo. Não haverá outra alternativa para limpar a honra e a dignidade do Ministro Rafael Greca de Macedo.

Esperamos que o Ministro tenha coragem de proceder desta maneira.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Vanhoni, um aparte?

O SR. ÂNGELO VANHONI

Lhe concederei porque tem um assunto mais delicado para ser tratado sobre o Governo do Estado do Paraná, e lhe concederei um aparte onde Vossa Excelência tenha condições de abordar os dois assuntos, tanto esse relativo aos bingos, mas relativo ao nosso Governo.

Não haverá sindicância interna do Ministro Rafael Greca que possa trazer a verdade para o conjunto da Nação, se ele não entregar e não solicitar - ele mesmo - ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e à Receita Federal que investiguem o processo de concessão de bingos que estão sob suspeita, para formar um “Caixa 2” no Ministério do Esporte e Turismo.

É lamentável que isso mancha - e mancha a imagem não do Rafael - mancha a imagem dos paranaenses. porque o Ministro é um paranaense e representa o Estado do Paraná, como único Ministro do Estado do Paraná, único homem do Estado do Paraná a assumir um cargo na União.

Mas o que me traz à tribuna, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é mais um fato lamentável que acontece no nosso Estado. O Deputado Péricles e o Deputado Luiz Carlos Zuk abordam um episódio envolvendo o Governo do Estado do Paraná e o Prefeito de uma cidade importante como Ponta Grossa no final da tarde de ontem.

Sem sombra de dúvida, quem perde com esse episódio, quem perdeu com esse episódio, foram os ponta-grossenses e foi o conjunto do povo do Paraná. O Governador já não tem mais o respeito. Não o Governador Jaime Lerner. A figura do Governador já não tem mais o respeito, nem por parte de subordinados seus, na estrutura administrativa do Estado e nem tampouco por Prefeitos de Cidades do interior. Se é verdade que as cobranças do Prefeito Jocelito Canto tem um fundo legítimo de reivindicação, como aponta corretamente o Deputado Péricles, também não podemos admitir o desrespeito e a forma deselegante e irresponsável assumida pelo Prefeito Jocelito Canto.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Estou aqui com um jornal do dia 2 de junho. Notícia do jornal: “Pedida a prisão do casal golpista”. Este do dia 21 de maio. Uma semana depois, dez dias depois, 1º de junho: “Delegado quer saber se Joni era laranja”. Outra notícia: “Golpe de carros - Rodrigues doou trator para regimento da Polícia Militar”. Outra notícia: “Estelionatário tinha o apoio da polícia”. Outra notícia: “Comando nega vínculo e diz que fará prisão”. Outra notícia: “Rodrigues (o Joni) deu golpes de 2 bilhões no Paraná”. Outra notícia: “PM’s eram segurança da Joni Veículos”. Outra notícia: “PM quer saber origem das fitas”. Outra notícia: “Casal dá golpe em 300 donos de carros”. Outra notícia: “Erros da PM”. Outra notícia: “O exemplo vem de cima”. E assim vai..

O Comandante da Polícia Militar, Coronel Lara está exonerando coronéis do alto comando da Polícia Militar, hoje, que se negam a assinar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, se negaram a assinar a compra de jaquetas e fardamento da Polícia Militar no valor de 350 mil reais, compra essa sem licitação, sob suspeição, com notas frias e indícios há de que quem forneceu o material é o próprio filho do Comandante da Polícia Militar. Os coronéis que se negaram a assinar este ato, por parte do

Comando da Polícia Militar, estão sendo exonerados do comando.

O Governador não está perdendo o respeito, não sei se o Governador sabe o que está acontecendo na Polícia Militar, só posso acreditar que não sabe. Não posso acreditar em outra coisa, isto já vem acontecendo de junho, maio, julho, a crise envolvendo a Polícia Militar e a Polícia Civil chegou aos píncaros da loucura de a Polícia Militar e a Polícia Civil quase entrar em brigas de tiros nas ruas da Cidade de Curitiba, motivados por escândalos ocorrendo dentro da corporação militar e da Polícia Civil.

Os senhores sabem, Senhores Deputados, que quem apurou o envolvimento deste estelionatário, preso, fugitivo do Estado de São Paulo, da Cidade de Marília, preso o fugitivo de lá da Delegacia e do presídio da Cidade de Marília, residente em Curitiba, bandido, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, recebeu da Polícia Militar do Estado do Paraná, uma condecoração de uma placa como o amigo nº 1 da Polícia Militar do Estado do Paraná, agora, recentemente, no mês de maio.

Há denúncias de envolvimento de policiais da Secretaria de Segurança do Regimento Militar junto com este senhor e com uma quadrilha de roubo de carros, de compra de veículos e de estelionato no Estado do Paraná.

Senhor Presidente, este é um caso apenas, envolvendo a Polícia Militar. Há agora um novo caso envolvendo a compra de 350 mil reais sem licitação ordenada pelo Comando da Polícia Militar, sem anuência do conjunto do Comando. E os coronéis, homens sérios, honestos, que têm responsabilidade da segurança e da vida dos paranaenses, que se negaram a cometer um desatino desses, hoje estão sendo exonerados do Comando Militar.

Ora, será que o Governador do Estado tem conhecimento do que acontece na Polícia Militar do Estado do Paraná? Porque não é o Coronel Lara o Comandante da Polícia Militar, o verdadeiro Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, e da Segurança do povo do Estado do Paraná, Senhor Presidente, é quem o conjunto do povo elegeu para assumir o Governo do Estado do Paraná, chama-se Senhor Jaime Lerner.

O Governador precisa saber e precisa nos dizer, dizer para a sociedade, o Governador concorda? Isto aqui foi apurado? Os responsáveis foram punidos? A investigação foi feita? Não foi feita? São respostas que a Secretaria de Segurança Pública, o Senhor Cândido Martins de Oliveira, porque é hierarquicamente superior do Comandante da Polícia Militar devem a esta Assembléia Legislativa e ao povo do Paraná.

Este Joni, este estelionatário, este ladrão, que tinha uma loja de veículos aqui no Xaxim, Deputado Algaci Tulio conhece o Xaxim, à Rua Francisco Derosso, Deputado Luiz Carlos Alborghetti conhece, Deputado Ricardo Chab conhece, que moram aqui nesta cidade, este senhor chegou a doar um trator, os senhores sabem quanto custa um trator? Este homem envolvido que foi condecorado pelo alto Comando da Polícia Militar, um presidiário

fugitivo da Cidade de Marília, no ano de 92, veio para o Paraná, montou um esquema fabuloso de roubo de carros, de venda de carros, de estelionato, há um sem número de paranaenses com processo na justiça esperando a reparação de danos que este senhor deu a eles.

E me pergunto: e as autoridades do Governo do Estado, que medidas tomaram até agora, aonde está o inquérito a respeito disso? Aonde está o Ministério Público apurando essas denúncias formalizadas?

Olha aqui, listei mais de 20 denúncias ocorrendo envolvimento da Secretaria de Segurança Pública, através do alto comando da Polícia Militar, e até agora não temos nada a respeito das providências tomadas.

E agora, as denúncias da compra sem licitação, de 350 mil reais! Sem a concordância do alto comando! Neste sentido, Senhor Presidente, venho reiterar porque o motivo da convocação do mês de junho era outra, era os desatinos cometidos pelo Secretário de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, que autorizou grampo telefônico sem a devida ordem judicial. Venho reiterar que esta Assembléia vote um requerimento pedindo a presença do Secretário Cândido Martins de Oliveira e do Comandante, do Coronel Lara, para vir explicar essas questões à Assembléia Legislativa. Não há como fugir disso, Senhores Deputados.

O Paraná espera a explicação, porque se isso não acontecer, o Governador vai perder mais ainda o controle e o respeito dos paranaenses. Se o Governador não sabe, já está perdendo um pouco do controle, e se ele sabe, aí é outro departamento. Acredito que o Governador não sabe com profundidade o que acontece na Polícia Militar do Estado do Paraná.

O alto comando está envolvido em operações ilícitas e não podemos permitir que o alto comando da Polícia Militar, que sempre foi uma polícia honesta, que sempre foi uma polícia que orgulhou os paranaenses ao longo desses anos todos, possa ter a sua honra e a sua dignidade manchada pelos atos de desatino de alguns dirigentes da corporação da Polícia Militar no Estado do Paraná.

Vou conceder um aparte ao Deputado Valdir Rossoni e na seqüência ao Deputado Algaci Tulio.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Ângelo Vanhoni, ouço o seu posicionamento e as suas denúncias com a atenção de quem tem responsabilidade.

Inicialmente quero responder a questão sobre o Ministro Rafael Greca. O que Vossa Excelência exigiu aqui de que o Ministro Rafael Greca solicitasse à justiça as medidas para a investigação e à Polícia Federal. Ontem no Jornal Nacional, o Ministro Rafael Greca fez este pronunciamento, quando entrevistado pela Rede Globo, o Ministro Rafael Greca disse que essas questões ele entregava à justiça e à Polícia Federal, porque era importante serem averiguadas e serem investigadas. Este foi o posicionamento do Ministro Rafael Greca, ontem à noite, no Jornal Nacional.

Quanto ao segundo caso que Vossa Excelência está colocando aí, quero lhe colocar com toda a franqueza que é o meu costume e vários Parlamentares me trouxeram esta mesma preocupação em que Vossa Excelência está colocando sobre a questão da Polícia Militar e as denúncias que Vossa Excelência está fazendo e as considero gravíssimas, quero dizer a Vossa Excelência que tão logo termine esta Sessão, se Vossa Excelência me permite, até como auxílio, posso fazer uso das notas taquigráficas, destes jornais que Vossa Excelências tem, e terei uma conversa com o Governador onde levarei ao Governador a sua posição, as suas denúncias e também conversas que tenho tido com vários Parlamentares desta área que me pedem que leve ao Governador, para que o Governador tome providências. Então esta é a minha posição. Gostaria que Vossa Excelência, após a Sessão, se tivesse alguns minutos, conversasse com a Liderança do Governo, que acredito que é o propósito do Governador, é o propósito deste Líder de que a segurança do Estado do Paraná trabalhe de uma forma que forneça a todos os paranaenses a garantia que nós precisamos. Então, levarei estas denúncias ao Governador para que sejam investigadas, para que sejam verificadas e para que o Governador possa, além de ter conhecimento, tomar as medidas necessárias para o caso se elas forem verídicas.

É este o meu posicionamento e agradeço o aparte.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Na seqüência concederei aparte ao Deputado Algaci Tulio.

Imaginem os Senhores, a corporação da Polícia Militar tem vinte mil policiais. Existem denúncias correndo na imprensa, nos rádios, na televisão do Estado do Paraná inteiro, já há três meses, que o Alto Comando está envolvido em operações ilícitas. Me pergunto: o que passa pela cabeça do soldado, do sargento, do tenente, do capitão que têm que enfrentar os bandidos, a violência da sociedade moderna para, em nome da sociedade, em nome da justiça, buscar acabar com os procedimentos ilegais e ilícitos da nossa sociedade.

Será que o Alto Comando está dando o exemplo? Quando não temo a apuração disso, se estas denúncias não são verdadeiras, isto precisa ficar muito claro porque está envolvendo o Coronel da Polícia Militar porque é ele que tem a legitimidade e dignidade de exigir do Policial que não se corrompa, que não entre em relações com tráfico, que não entre em relações com aqueles que roubam e vendem as mercadorias, que não entrem em relações promíscuas com os delinquentes da sociedade.

Os Senhores imaginem o que passa pela cabeça. Os soldados tem a garantia de cumprir as suas obrigações? É claro que não!

Então, o Governo, a corporação, a Polícia Militar precisa por um basta nesta situação, nesta avalanche de denúncias que existem sobre o Alto Comando da Polícia Militar envolvendo denúncias de propinas, de envolvimento com bandidos, com estelionatários, com ex-presid-

iários. Ora, não dá para acreditar no que estamos assistindo! Não dá para acreditar!

O rapaz foi condecorado pela Polícia Militar do Estado do Paraná! Se a Rede Globo sabe disso... Ele foi condecorado como amigo da Polícia Militar e é ex-presidiário e já tinha denúncias contra ele, comprando carro com cheque frio! Mais de 300 veículos foram comprados com cheque frio! Precisa por um basta nesta situação!

Deputado Valdir Rossoni tem todo o nosso apoio. Acredito que o Sr. Governador não sabe do alcance destas denúncias, se tomar conhecimento da forma correta, se assessorando com as pessoas que tem verdadeiramente as informações, tenho certeza que o Governador tomará algumas providências neste caso.

Com relação ao Ministro Rafael Greca, ontem a “Folha de São Paulo” diz o seguinte: O Ministro já está começando a se contradizer.

O Rafael Greca disse que o Juca Kfuri foi quem nomeou o Turíbio, que era Presidente do Órgão, indicou o Turíbio que era amigo do Rafael. O Rafael demitiu o Turíbio que fez uma carta denunciando as irregularidades que aconteciam no INDESP(?) por determinação daquele Antônio Buffara que é encarregado e auxiliar do Rafael Greca no Ministério.

O Ministro disse que não conhecia o Buffara, que o conheceu recentemente, e, o Buffara disse que conheceu o Ministro Rafael Greca na escola quando estudou com ele. Tem alguma coisa esquisita, alguém está escondendo alguma coisa nisso. Queremos que o Rafael fique limpo nesta história, que ele demonstre para o Brasil inteiro que não tem nada com isso.

Por isso é bom que ele entregue para a Polícia Federal, que peça ao Ministério Público, à Receita Federal que proceda uma investigação imparcial para que a honra a dignidade não só do Ministro mas dos paranaenses não fique manchada.

O Sr. Algaci Tulio

Em parte o Deputado Valdir Rossoni já antecipou a nossa preocupação, que não é só minha mas também do Deputado Ricardo Chab que tem sido cobrado explicações no seu pedido de informações ao Secretário de Segurança Pública, mas queria dizer a Vossa Excelência, não tiro nenhuma vírgula do seu discurso de preocupação no que diz respeito a gloriosa corporação da Policial Militar que tem que ser preservada destes fatos isolados. A corporação é uma situação e o comando da corporação, atos irregulares que possam estar sendo cometidos dentro da corporação evidentemente devem ser apurados.

Estamos aguardando uma sindicância interna na Polícia Militar. Talvez tenha sido até por isto que o Secretário de Segurança Pública pediu mais quinze dias ao Deputado Ricardo Chab para lhe dar as explicações.

Evidentemente concluída esta sindicância quero crer que, conforme o resultado que der, não tenho a menor dúvida que se apontada a irregularidade não há

outra saída ao Governador a não ser a exoneração daqueles que estão no comando envolvidos nesta situação.

Preocupa-me com muita sinceridade, Deputado Vanhoni, esta situação quando procura se envolver a corporação. A corporação é centenária, tem prestado um trabalho extraordinário ao Estado do Paraná.

Agora, evidentemente se há algum deslize no comando da Polícia Militar também e tenho procurado colher estas informações, posso até antecipar a Vossa Excelência que algumas pessoas que recentemente foram exoneradas ou até mesmo foram para a reserva da Polícia Militar também há a suspeita de que essas pessoas foram tiradas dessa situação não porque elas diretamente estejam envolvidas na possível irregularidade, mas porque elas foram contrárias, quero deixar bem claro isto, a forma como se fez esta negociação das chamadas japonas da Polícia Militar.

Então, quero colocar aqui também esta minha preocupação, estou acompanhando e por respeito a uma sindicância interna ainda não me posicionei, mas tão logo tenha este resultado certamente serei um dos primeiros a pedir as mudanças dentro do comando da Polícia Militar.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado, Deputado Algaci Túlio. Na realidade V.Exa. vem com o seu depoimento, V.Exa. transforma a minha preocupação numa preocupação pública do conjunto da Assembléia, porque não é mais o Deputado Ângelo Vanhoni do PT de Oposição que ouviu falar o respeito do que está acontecendo na Assembléia Legislativa, mas os Deputados da base do Governo que também estão preocupados com as denúncias do que pode estar acontecendo na Polícia Militar. Só temos que estar alertas para uma coisa, não dá para o comandante que está envolvido nestas denúncias ser ele o direcionador ou ser ele o controlador de uma comissão de sindicância, porque se não podemos assistir aquilo que muitas vezes na história de processo vamos assistir, aqueles que estão buscando a justiça muitas vezes acabam sendo incriminados.

Tenho amigos no alto comando da Polícia Militar, tenho parentes, coronéis reformados dentro da Polícia Militar, tenho amigos pessoais e familiares hoje no comando da Polícia Militar aqui do Estado do Paraná, tenho, e sei o que de certa maneira acontece na Polícia Militar. Não por estas relações, mas pelas notícias que são na realidade notícias públicas que estão circulando nos meios policiais, nos meios jurídicos do Estado do Paraná.

Então, Senhor Presidente, acho que é grave, é gravíssima a situação da Polícia Militar. A Assembléia Legislativa e o Líder do Governo já se dispôs, acho que está correta a sua intenção e o seu procedimento, acho que tem que tematizar isto com o Governador como uma prioridade, se não perde o controle completamente.

Acho que já chegou no limite que não poderia ter chegado, não poderia ter chegado, de forma alguma, e

acho que precisa ser feito um procedimento cirúrgico na Polícia Militar, sob o risco de o Governo e a sociedade perder o controle completamente da corporação que nós não podemos perder, porque é uma grande corporação e presta um enorme serviço de utilidade pública que garante a vida de milhares e milhares de brasileiros que moram aqui no Estado do Paraná, como está cansado de dizer o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Nereu Moura

Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. ÂNGELO VANHONI

Vou lhe conceder, Deputado Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V.Exa. tem mais dois minutos.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Então, vou conceder um minuto de aparte, se V.Exa. concordar, um minuto e meio porque estou concluindo.

O Sr. Nereu Moura

O assunto já foi de veras exaurido, só gostaria de contribuir no seguinte sentido: no mesmo caminho de Vossa Excelência, no mesmo encaminhamento, no raciocínio de Vossa Excelência, do Deputado Algaci Túlio e do próprio Deputado Valdir Rossoni, nos preocupa sobremaneira o que ocorre com a Polícia Militar, sobretudo essas denúncias que envolvem a Polícia Militar. É preciso que o Governo seja enérgico para extirpar o joio do trigo, porque a Polícia Militar para nós do Paraná ela representa um patrimônio que tem um valor extraordinário, e nós não podemos deixar que maus elementos, pessoas que não têm a honradez necessária para trabalhar na nossa gloriosa Polícia Militar possa manchar, e manchar com sangue venenoso a farda, o trabalho, e o conceito da Polícia Militar. Deputado Vanhoni, a imprensa disse que a Polícia Militar condecorou bandidos, delinquentes, imagine quem hoje se esmeraria receber uma condecoração da Polícia Militar se na mesma vala está o bandido, o delinquente, o marginal com alguém que efetivamente mereça uma homenagem, uma honraria. Por isso que na verdade esses tipos de procedimentos eles acabam por completo jogando a imagem da Polícia de forma total no maior descrédito junto à opinião pública. Por isso, V.Exa. está com toda razão e tem da nossa parte a mesma preocupação de que o Governo haja, e haja com seriedade para extirpar os maus elementos da Polícia Militar.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Agradeço Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário das Lideranças:

PSL, PSDB, PMDB, PST, PFL. Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

(Lê)

“Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho hoje a esta tribuna a propósito de uma grosseria cometida ontem em Ponta Grossa, Cidade que representa aqui na Assembléia Legislativa.

Um destempero verbal perpetrado pelo Prefeito, que de forma nenhuma condiz com a civilidade e a hospitalidade do povo Ponta-Grossense. Povo que sempre primou pela urbanidade nas suas relações de maneira muito especial com o Governador do Paraná, o Senhor Jaime Lerner.

Venho aqui também para restabelecer a verdade dos fatos, agredida de forma leviana pela ingratidão do Prefeito. Desde que tomou posse no Palácio Iguazu, o Governo de Jaime Lerner já realizou investimentos da ordem de trinta e quatro milhões de reais em Ponta Grossa. Esses recursos beneficiaram milhares de pessoas em sua esmagadora maioria famílias de baixa renda que precisam do apoio do Estado para seu bem-estar.

Tanto isso é verdade que, desses 34 milhões, pouco mais de onze milhões de reais foram investidos no social. É dinheiro que foi aplicado em creches, estações de ofício, apoio ao desenvolvimento de ações comunitárias, revitalização de asilos, centros de convivência e melhoria da qualidade de vida dos idosos.”

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, três milhões foram destinados à educação, com a construção, reforma e reparo de escolas estaduais, dentro do município. Quase dois milhões foram aplicados em habitação, o que significou a construção de moradias urbanas e também de vilas rurais no Município de Ponta Grossa. A saúde do nosso município também foi contemplada com um milhão e duzentos mil reais, dirigidos à ampliação de hospital, distribuição de remédios, equipamentos hospitalares, odontológicos e ambulatoriais, além de exames preventivos. Tudo isso pago pelo nosso governo do Estado do Paraná.

O governo também investiu pesado no emprego e qualificação profissional. Foram mais de três milhões de reais beneficiando milhares de trabalhadores, que foram colocados no mercado de trabalho. Vão receber um grande treinamento em cursos para reciclar e reconquistar empregos no nosso município. O nosso Presidente, Deputado Nelson Justus, que foi Secretário de Indústria e Comércio, sabe muito bem o quanto é importante se preparar a mão-de-obra para poder atrair um investimento.

O maior esforço que o Governador Jaime Lerner realizou em Ponta Grossa, no que se refere à criação de empregos e rendas, diz respeito à atração de investimentos que estão gerando mais de três mil e cem empregos diretos no Município de Ponta Grossa, além de outros milhares de postos de trabalho diretos. Estou falando do

espetacular programa de industrialização do governo, idealizado e executado pelo nosso Governador Jaime Lerner, com reflexos fabulosos para o Município de Ponta Grossa.

Já se beneficiaram do programa de incentivos fiscais do Estado, grandes indústrias, e vou citar o nome de algumas delas que lá se instalaram e estão se instalando: a Tetra Pak - Indústria de Embalagens, a Sadia Concórdia, a Kaiser - Indústria Cervejeira, a Pac Embalagens, a Italbrás, a Denwer, a Beaulieu, e ontem sendo inaugurada a Continental. Uma boa parte dessas indústrias são fornecedoras da indústria automobilística que se instalou no Estado do Paraná, quando o nosso Presidente, Deputado Nelson Justus, era Secretário de Indústria e Comércio pelo nosso Estado e sabe muito bem como tudo isso acontece. Essas indústrias escolheram o solo de Ponta Grossa, para desenvolver as suas atividades, que estão gerando empregos, rendas, riquezas, impostos que vão alcançar o desenvolvimento social e econômico do município e do nosso Estado do Paraná, com benefícios inquestionáveis para toda a população de Ponta Grossa.

Nunca em sua história o nosso Município de Ponta Grossa foi tão privilegiado em tantas obras e indústrias, que estão levando bem-estar e prosperidade ao seu povo. Esse mesmo povo que deu seus votos a Jaime Lerner na primeira eleição e na sua reeleição e confirmou a sua fidelidade, com relação ao respeito e a admiração com o nosso Governador.

Para o Governador, essa é uma realização, com certeza, de amor. Como ele já demonstrou tantas vezes, uma relação de amor que se confirma na participação efetiva e consistente de pontagrossenses na sua equipe de frente do Governador. Como é o caso do Deputado pontagrossense que ocupa a Secretaria de Obras, Augusto Canto Neto, que teve o apoio dos Deputados e do Prefeito de Ponta Grossa, para assumir essa pasta, pois o Augusto é nascido na Cidade de Ponta Grossa e representa muito bem a nossa cidade na Secretaria que ele ocupa hoje.

Em meu nome, como Líder da Bancada do Partido do Governador, do qual sempre recebo apoio para que eu possa desenvolver esse trabalho ocupando esta importante posição, dentro do Partido da Frente Liberal.

Concedo um aparte do Deputado Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Nobre Deputado Plauto, acompanho o seu raciocínio, o seu pronunciamento e quero me somar a esta manifestação de Vossa Excelência, em defesa do nosso Governador Jaime Lerner.

Ouvi os pronunciamentos dos demais Parlamentares que representam a região de Ponta Grossa. Acho perfeitamente louvável e fundamental a defesa do Prefeito de Ponta Grossa como a defesa dos Parlamentares da sua cidade. Acho admirável este comportamento. Mas não podemos, de forma alguma, comungar com ações como aquelas que tivemos a oportunidade de ver nos jornais, de um comportamento que não espelha, com

certeza, a vontade do povo de Ponta Grossa, e com certeza não reflete também a vontade dos Parlamentares daquela região.

Entendo que todo homem público, depois de eleito, depois de investido do poder, deve desarmar o seu espírito e entender que o interesse coletivo deve estar acima das pequenas picuinhas, das desavenças de ordem política que possam acontecer numa comuna. E o comportamento do Prefeito, ontem, com certeza vem denegrir a imagem do Município de Ponta Grossa.

Portanto, acho que é desumano fazer uma acusação dessas ao Governador Jaime Lerner, porque temos aqui números apresentados, e Vossa Excelência já muito bem colocou. Quinhentos e noventa e oito milhões de reais investidos na área industrial do Município de Ponta Grossa! Ora, isso não é só a vontade do Prefeito! Se o Governador, através da sua ação política, de um programa implementado pela Secretaria da Indústria e Comércio, ainda quando o nosso Presidente ocupava esta Secretaria, não tivesse demonstrado vontade política, com certeza o Município de Ponta Grossa não teria sido agraciado com investimentos dessa grandeza.

Além disso, nobre Deputado, trinta e quatro milhões, e Vossa Excelência teve a oportunidade de dizer, investidos em obras, investimentos feitos no Município de Ponta Grossa. Isso realmente é digno de elogios ao nosso Governador e a toda a sua equipe de governo.

Quero ainda, para concluir este aparte, dizer que, ouvindo o pronunciamento do Deputado Vanhoni, não posso concordar que o Governador não merece mais o respeito dos Prefeitos do Paraná, em função dessa ação do Prefeito de Ponta Grossa. Não posso concordar, porque vim, há pouco, eu e o Deputado Litro, o Deputado Baratter, de uma solenidade no Palácio Iguaçu, onde 9 prefeitos da nossa Região Sudoeste do Paraná, dos diversos partidos, do PMDB, do PDT, enfim, de outros partidos, lá estiveram recebendo recursos da COPEL, através de uma ação do Governo do Estado, recursos que somaram durante 4 anos do Governo Jaime Lerner, através de uma obra, lá no Sudoeste, a casa de cinquenta milhões de reais para 9 municípios do Sudoeste do Paraná. E reconheço este que foi firmado, de público, pelo Prefeito do PMDB, da Cidade de São Jorge do Oeste, que é o Presidente do Consórcio Pró-Caxias.

Portanto, o Governador Jaime Lerner, com certeza goza e gozará sempre do prestígio, do respeito e da confiança de todos os Prefeitos do Paraná, porque não tem feito discriminação a ninguém.

Muito obrigado.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Plauto, quero fazer um pequeno esclarecimento.

Acho que o Deputado Ademar Traiano não entendeu bem a minha fala. O que eu quis dizer é exatamente o contrário do que o Deputado Traiano talvez tenha entendido, acho que da forma meio atabalhoada do meu dis-

curso, ele não entendeu. Fiz a crítica exatamente à falta de respeito e desalegria com que o Prefeito de Ponta Grossa se referiu na cobrança, mesmo que as reivindicações sejam legítimas, por parte de Ponta Grossa. E não que os Prefeitos todos do Paraná estejam desrespeitando a figura do Governador do Estado do Paraná. Acho que este exemplo demonstra que este tipo de coisa não pode acontecer! Exatamente ao contrário, independente da figura política do Governador, de eu concordar com seu programa de Governo ou não, acho que a figura do Governador do Estado deve ser respeitada por todos.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Na sequência, Senhor Presidente, quero aqui relatar algumas das importantes obras realizadas com recursos do Governo do Estado, pelo nosso Governador Jaime Lerner, no Município de Ponta Grossa.

Está aí o PARANAURBANO que o Prefeito de Ponta Grossa recebeu aproximadamente 7 milhões de reais que ele optou em investir em ginásio de esportes e pavimentação asfáltica no Município de Ponta Grossa. Na área de Educação, o Município de Ponta Grossa recebeu seis modernas escolas de onde foram construídas para atender a toda rede estadual, alunos que ali frequentam. Reforma de mais de vinte e duas escolas estaduais no Município de Ponta Grossa aconteceram.

Na área da habitação, mais de duzentos e cinquenta e oito moradias lá foram construídas, atendendo mais de mil pessoas e de onde várias Vilas Rurais, do Município de Ponta Grossa foram implantadas. Na área do saneamento básico, tivemos mais de noventa mil pessoas atendidas pela implantação de coletas de esgoto e também estação de tratamento dentro da Cidade de Ponta Grossa.

Na área da Ação Social, creches foram construídas, liberação e recursos para entidades, recursos para APAE, kombis para entidades do Município de Ponta Grossa, o Programa Super Sopa, que lá estão sendo servidos a pessoas que têm necessidade. Recursos para trincheiras, recursos para viadutos, recursos para sinalização da cidade, que foram liberadas através do DETRAN. O reequipamento das polícias do Município de Ponta Grossa, Usina do conhecimento. Reforma do Colégio Regente Feijó, que está sendo executada, recursos para aperfeiçoamento da mão de obra.

Enfim, Senhor Presidente, essas e muitas outras obras o Município de Ponta Grossa recebeu. Por tudo isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, só posso atribuir o incidente de ontem, ao desatino, ao desequilíbrio emocional de alguém que rigorosamente não demonstrou ter estatura moral e intelectual para o exercício da função pública. Podem ter certeza e convicção de uma coisa: a História de Ponta Grossa e de seu povo, não se confunde com o currículo do atual Prefeito Municipal, cuja principal característica, é o destempero verbal que será devidamente repelida pela população nos seus devidos termos e na hora certa. Com certeza o ano que vem.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PTB, PPB, Liderança das Oposições.

Com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Gostaria que fosse registrada na Ata dos trabalhos de hoje da Assembléia a visita do Vereador Juarez Francisco Leal, Vereador de Siqueira Campos, e José Renato Castanheira Junior, que é o provedor da Santa Casa de Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente anotado!

A Assembléia sente-se honrada com a presença dos Senhores Vereadores.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Gostaria de perguntar à Mesa se tem mais alguma Liderança inscrita depois da Liderança da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Depois da Liderança do Governo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Pelo peso e a responsabilidade da investidora, este meu primeiro pronunciamento será escrito e lido nesta tribuna.

(Lê):

“Na noite de ontem, fomos honrados com a missão de liderar a Bancada de Oposição nesta Casa, pela vontade unânime de Parlamentares do PDT, do PMDB, do PT e do PSDB. Após amplas avaliações do quadro político estadual e nacional, selamos a nossa unidade imbuídos de propósitos claros e determinados de defesa dos interesses do povo do Paraná segundo outros enfoques, em linha oposta à orientação do Governo de Jaime Lerner, por todos os motivos que de hoje em diante passaremos a expor de forma mais contundente e determinada.

Queremos, agora que a unidade da Oposição se materializa, registrar o reconhecimento ao Deputado Nelson Justus (PTB), que na Presidência da Assembléia Legislativa vem honrando os compromissos que assumiu na recente disputa que manteve com o Deputado Valdir Rossoni (PTB), ambos pertencentes à base de sustentação do Governo.

Mas queremos também, Senhor Presidente, externar a esperança maior que temos em Vossa Excelência, no sentido de que possa conduzir este Poder cada vez mais próximo das atribuições constitucionais que lhe são conferidas: as de elaborar leis que correspondam aos anseios do povo e de fiscalizar as ações de todos os ocupantes de cargos e funções da administração pública.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, as representações dos diferentes partidos de oposição integram-se num único bloco para melhor promoverem o debate em torno de pontos comuns, reforçando o contraditório porque equiparam-se nas formalidades com o bloco de partidos que oferecem sustentação ao Governo do Estado. E se hoje fazemos questão de reconhecer que isto foi possível pelo ato de grandeza política e compromisso democrático de Vossa Excelência, Deputado Nelson Justus, daqui por diante queremos protagonizar outras oportunidades em que este parlamento sob sua liderança passe a apurar quaisquer suspeitas sobre os órgãos da administração pública paranaense, acatando as Comissões Parlamentares de Inquérito para investigar e esclarecer as denúncias levantadas pela oposição.

Através de apurações sérias e abertas ao acompanhamento da sociedade, vejamos por exemplo:

PEDÁGIOS - O que se esconde na questão dos Pedágios, cobrados nas estradas paranaenses e, por que as obrigações contratuais vem sendo descumpridas sistematicamente pelas Concessionárias? Por que até o momento o Governo do Estado não propôs a criação da “agência de fiscalização e regulação” das rodovias privatizadas?

PROEM - Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - este Programa foi criado em dezembro de 1995, e prevê investimentos de US\$ 150 milhões, sendo que, metade deste valor financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Onde estão sendo aplicados estes recursos, já que dezenas de pequenos empreiteiros, que realizaram obras de construção, ampliação e melhoria da rede física escolar, são obrigados a esperar mais de seis meses para receber seu pagamento? No início deste ano, o Governo do Estado devia mais de R\$ 6 milhões aos pequenos empreiteiros.

IPE - O atendimento à saúde dos servidores públicos, prestados pelo IPE, era insatisfatório e tornou-se ainda pior durante a gestão do atual Governo, que deixou de pagar hospitais e clínicas conveniados ao Instituto, chegando ao ponto de muitos deles ameaçarem romper seus contratos de atendimento dos servidores por falta de pagamento.

PREVIDÊNCIA - a PARANAPREVIDÊNCIA, recém criada pelo atual Governo é completamente inviável sob o ponto de vista jurídico, pois afronta princípios constitucionais recentemente reafirmados por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou inconstitucional a cobrança de servidores inativos e a cobrança de alíquotas superiores a 11% dos servidores ativos da Federação. Esta mesma decisão deverá ser estendida aos Estados, afetando mortalmente a PARANAPREVIDÊNCIA, que padece deste e de outros vícios constitucionais e legais.

BANESTADO - O BANESTADO que até 94 apresentava índices de rentabilidade e liquidez acima da

média das instituições financeiras do país, hoje deixa aos paranaenses uma dívida de mais de R\$4,5 bilhões a serem pagos ao longo de 30 anos e sua falência deve-se a gestão irresponsável e temerária de seus diretores. Nestes quatro anos, o Banco foi palco de dezenas de denúncias de corrupção e desvio de recursos, porém, em nenhum momento esta Casa foi capaz de abrir um processo de investigação e apuração das responsabilidades. Hoje estas denúncias vêm sendo apurados pelo Ministério Público Federal, sobre desvio de recursos na BANESTADO Leasing, na BANESTADO Corretora de Títulos, Crédito Imobiliário etc.

A Oposição sustentou estas denúncias e provou com números que era possível sanear o banco com menos da metade destes recursos, além de mantê-lo sob controle público. Porém, este Governo não admitia outra hipótese senão a privatização do Banco Paranaense.

COPEL/SERCOMTEL - Quais motivos levaram o Governo a inviabilizar a CPI criada nesta Casa para apurar denúncias de superfaturamento na aquisição de 49% do capital social da SERCOMTEL pela COPEL? Houve ou não superfaturamento? Por que a Bancada de Situação desistiu de investigar? Se a denúncia era inconsistente, por que temer a investigação?

SANEPAR - Em julho de 1998, o Governo do Estado vendeu 40% do capital social da SANEPAR para o Consórcio Dominó, arrecadando R\$249 milhões. Onde foram aplicados estes recursos? Entre os participantes do Consórcio estão a multinacional francesa Vivendi (detém 30% do capital social do Consórcio) e a COPEL (detém 6% do capital social do Consórcio). Por que a COPEL participou deste Consórcio, que obteve o direito de indicar o Diretor de Operações da SANEPAR (nome indicado pela Vivendi, Sr. Christophe Maliki Akli)?

ORÇAMENTO - O Governo do Estado adotou como método superestimar as receitas orçamentárias para aumentar sua capacidade de remanejamento das dotações orçamentárias sem submetê-las à aprovação da Assembléia Legislativa. Esta prática criou condições para que o Governo praticasse uma gestão orçamentária irresponsável, como provam os sucessivos e crescentes *déficits* apresentados durante os quatro anos deste Governo, como se vê a seguir:

1994 - há um *superávit* orçamentário de R\$6,0 milhões;

1995 - há um *déficit* de R\$30 milhões;

1996 - o *déficit* sobe para R\$254 milhões;

1997 - o *déficit* atinge R\$790 milhões;

1998 - o *déficit* salta para R\$2,3 bilhões;

1999 - só entre janeiro e agosto o *déficit* já acumula R\$1,890 bilhões, devendo fechar o ano em aproximadamente R\$3,0 bilhões, caso a tendência deficitária não seja contida.

ROYALTIES DE ITAIPU - Para tapar o rombo do orçamento e “viabilizar a PARANAPREVIDÊNCIA”, o Governo necessita de muito dinheiro novo. É para isso que se busca a antecipação dos *royalties* de Itaipu, cujo

montante está estimado em R\$1,5 bilhões, e deverão ser pagos ao longo de 23 anos, comprometendo governos e gerações futuras. A esperada privatização da COPEL e da SANEPAR também servirá para tapar estes buracos, criados durante a atual gestão do Governo Jaime Lerner.

A Segurança Pública do Estado está na UTI, a Educação, a Saúde, a Agricultura precisam ser debatidas e discutidas nesta Casa.

Estas questões já foram discutidas muitas vezes, é verdade, porém os nossos questionamentos até hoje não foram devidamente explicados pelo Governo, que nega-se a expor a real situação do nosso Estado, e foge a toda e qualquer possibilidade de investigação de atos praticados durante sua gestão.”

Senhor Presidente, me dirijo ao Líder da Bancada Governista. Li no Jornal “Indústria e Comércio”, uma indagação por parte de Vossa Excelência, dizendo que era ótimo a Oposição ter o seu líder, porque vai aprender a apanhar.

Caro Deputado Rossoni, Vossa Excelência é conhecido por alguns que não o conhecem, como “o carrasco da chibata”, “o carrasco do chicote”, porém quero manifestar que não acredito que essas palavras possam ter saído de Vossa Excelência, porque tenho em Vossa Excelência um fidalgo, um Parlamentar que discute aqui as questões impessoais, as questões que são inerentes ao interesse público do nosso Estado.

Quero dizer que Vossa Excelência representa para todos nós, um Parlamentar digno, um Parlamentar preparado e um Parlamentar que tem dignificado esta Casa.

Portanto, tenho na minha concepção que Vossa Excelência é um *gentleman*, um Parlamentar de fino trato e espero, nesse curto espaço que vou ocupar a Liderança das Oposições, manter o mais digno, alto e honrado diálogo dentro das diferenças que nos separam.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero cumprimentar inicialmente, o Deputado Edgar Bueno pela investidura no cargo de Líder das Oposições e dizer que espero que Vossa Excelência continue contribuindo para a grandeza deste Poder, como sempre contribuiu. Tenho certeza que as oposições não poderiam fazer melhor escolha do que o nome do Deputado Edgar Bueno.

Quando Vossa Excelência citou: “... mais um para apanhar ...” quero mudar essas palavras e dizer que Vossa Excelência vai encontrar no Deputado Rossoni, um líder que faz esse trabalho com determinação, com afinco e procura respeitar os Parlamentares que são de Oposição mas nunca esconder a verdade e procurando defender as coisas certas, porque se estou na Liderança do Governo é

porque o papel que exerço é um papel necessário e verdadeiro.

Vossa Excelência fez uma longa leitura falando de pedágio, de PROEM, Vossa Excelência cometeu alguns equívocos, vou lhe dar a folga do primeiro dia de liderança, quando Vossa Excelência coloca que o governo devia no início do ano, 6 bilhões, já está aí o equívoco de Vossa Excelência e quando entrarmos nessa enorme pauta, entraremos nessas questões, mas Vossa Excelência já cometeu o primeiro equívoco, falando em 6 bilhões a dívida do governo e não é verdadeiro.

Quando Vossa Excelência fala do pedágio, gostaria de fazer uma pergunta, se Vossa Excelência já fez uso da documentação que foi colocada à disposição de todos os Parlamentares para investigarem, averiguarem e verificarem a situação e atitudes que foram tomadas pelo Governo do Estado quando foram pedagiadas as rodovias. Quando Vossa Excelência fala do PROEM, também acredito que podemos travar, aqui, um longo debate quando falarmos do PROEM, porque sei o alcance que teve este programa a nível de educação do Estado do Paraná.

Quando Vossa Excelência fala do PARANAPREVIDÊNCIA é importante que no dia em que falarmos de PARANAPREVIDÊNCIA possamos nos aprofundar sobre esta questão da PARANAPREVIDÊNCIA que é algo que precisamos debater com muita profundidade, porque é uma questão que está assolando o Poder Público brasileiro e que precisa ser resolvida e que o Governador Jaime Lerner esta indo em busca.

Gostaria de me reportar, aqui, ao Deputado Angelo Vanhoni. O Deputado Angelo Vanhoni não está presente e ele colocou aqui algumas denúncias contra a Secretário de Segurança.

Conversei há poucos minutos com o Secretário de Segurança e temos um requerimento do ilustre Parlamentar, no qual ele pede a convocação do Secretário. Vamos pedir para discutir, para adiar para o dia de amanhã para ver se conseguimos convencer o Deputado Angelo Vanhoni.

Porque há poucos instantes o Secretário de Segurança assegurou à Liderança do Governo que tem uma comissão de sindicância que está investigando essas denúncias e que, na próxima semana, ele terá as conclusões dessa sindicância e que se for necessário e se for comprovada as irregularidades, as mediadas serão tomadas para sanear essas irregularidades e, se for necessário, demissões serão feitas porque é interesse e é propósito do próprio Governador.

A última questão, Sr. Presidente. Quero me reportar ao Deputado Zuk. Quando vi o Deputado Zuk, aqui, fazendo seu discurso entusiasmado e em voz muito alta, quero dizer que também já vi o Deputado Zuk fazer o mesmo discurso, batendo duro no Prefeito de Ponta Grossa pelo seu despreparo no cargo de Prefeito de Ponta Grossa.

Quero dizer aos Srs. de que não tenho conhecimento, quando debatíamos aqui,... Deputado Zuk, não lhe foi concedido aparte... Quando vejo e que todos os paranaenses conhecem a pessoa do Governador Jaime Lerner, não vai ter nenhum discurso que vai convencer a um paranaense de querer dizer de que o Governador Jaime Lerner foi deselegante em Ponta Grossa.

Gostaria que o Governador Jaime Lerner fosse deselegante em todos os municípios do Paraná como ele está sendo com Ponta Grossa. Levando o número de indústrias e levando e gerando o número de empregos que está gerando a cidade de Ponta Grossa.

Se Ponta Grossa errou na escolha do Prefeito, não podemos sacrificar, prejudicar o desenvolvimento de Ponta Grossa. Estamos lá para atender a população de Ponta Grossa. Em respeito à população de Ponta Grossa o maior número de indústrias e de empregos do Paraná para aquela cidade.

Esta é a resposta que damos a um prefeito desesperado, a um prefeito desequilibrado que jamais poderia ter tido esta postura com um Governador que tem, no seu primeiro princípio, o respeito.

Um Governador que é incapaz, por maior que seja seu adversário, de faltar com o respeito com o cidadão.

Nunca vi o Governador Jaime Lerner nessas andanças políticas faltar com o respeito com o mais simples cidadão paranaense, não seria com o Prefeito de Ponta Grossa. Certamente o Governador Jaime Lerner no momento de ontem fez valer a sua autoridade de Governador e esta ele tem que preservar em nome de todos os paranaenses.

Por isso, cumprimento aqui o Deputado Plauto pelo seu pronunciamento, cumprimento a população de Ponta Grossa por ter a sorte de ter os benefícios que Governador Jaime Lerner tem conseguido à Ponta Grossa, e reprovo a atitude do Prefeito de Ponta Grossa certamente a população de Ponta Grossa que é um povo digno de respeito de qualquer governante, hoje se encontra envergonhada da atitude do seu Prefeito.

Todos sabemos que a população de Ponta Grossa reprova a atitude desse Prefeito desequilibrado, porque já o conhecíamos quando ele trabalhava aqui neste Casa, e em muitas vezes, o seu desequilíbrio e o seu despreparo foi visto aqui nesta Casa.

Agradeço a todos os Deputados que me ouviram e desculpem a sessão tão longa que foi hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expedi-

ente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Kielse, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/99, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Janiópolis. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/99, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Clevelândia. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder em comodato uma área de terras ao Município de Ribeirão do Pinhal. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que denomina de CEAD - Polo Poty Lazarotto, o atual CEAD - Polo Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Agostinho Stefanello - Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Alto Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA

DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**
Emenda - Aprovada.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/99, de autoria do Deputado Tiago Amorim Novaes, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social de São Miguel do Iguaçu, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Evangélica o Bom Samaritano, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 86, de 03.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 395/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Evangélica "O Bom Samaritano".

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
 PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 479/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Astorga. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 117, de 16.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 479/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Astorga / PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
 PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/99, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Casa Família Maria Porta do Céu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 119, de 20.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 481/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Casa Maria Porta do Céu, com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu / PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
 WALDYR PUGLIESI - Relator

O SR.PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência comunica os Srs. Deputados, conforme dispõe o art. 204 do Regimento Interno, que a partir de 6ª feira, dia 22 de outubro, abrirá prazo de 10 dias para oferecimento de Emendas ao Projeto de Orçamento Geral do Estado para o exercício do ano 2000.

Os anexos serão entregues nos gabinetes dos Deputados a partir de amanhã. Portanto, a partir de 6ª feira, dia 22, inicia-se o prazo para a apresentação de Emendas, prazo de 10 dias.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2206, de autoria do Sr. Deputado Pércles Mello, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2198, de autoria do Sr. Deputado Angelo Vanhoni, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do regimento Interno.

Requerimento nº 2178, de autoria do Srs. Deputados Edson Strapasson, Edgar Bueno, Nereu Moura e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Questão de Ordem, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Já tenho em mãos as informações requeridas pelo ilustre Deputado Strapasson, se fosse possível a retirada do requerimento, forneço as informações, neste momento, e caso as informações não sejam suficientes, Vossa Excelência poderá entrar novamente com o requerimento.

Já estou com as informações em mãos.

O SR. EDSON STRAPASSON

Ok. Presidente, retiro o pedido.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Retirado pelo autor do requerimento.

Requerimento nº 2182, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, com apoio do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente de sessão anterior. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Questão de Ordem, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Não sei se cabe ao Regimento, por isso faço uma consulta a V. Exa. e também queria consultar o Deputado Carlos Simões da retirada desse Requerimento para que pudéssemos discutir na próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Infelizmente, o Deputado Carlos Simões, não se encontra presente, mas pode-se, perfeitamente, adiar para o dia de amanhã.

O SR. VALDIR ROSSONI

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 2190, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2191, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2193, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2194, 2195 e 2196 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2197, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2201, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2203, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2204, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2187, de autoria dos Srs. Deputados Nereu Moura, Péricles Mello, Ângelo Vanhoni e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. NEREU MOURA (**Para encaminhar**)

Hoje, especialmente, Senhor Presidente, teríamos uma grande curiosidade. Nos sanaria esta curiosidade receber as informações do Governo do Paraná em relação às despesas do Tesouro do Estado e suas vinculadas companhias em relação à Revista Veja.

Por isso estamos fazendo este requerimento e gostaríamos que ele fosse aprovado para que tivéssemos estes dados nas mãos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão o requerimento.

Encerrada a discussão, passa-se à votação. Os

Deputados que aprovam queiram levantar-se.

10 Aprovam. 30 Rejeitam.

Requerimento rejeitado.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Não usarei os quinze minutos porque faltou somente rememorar para que o Deputado Valdir Rossoni, de Bituruna, União da Vitória e outro quadrante do Estado do Paraná porque há dificuldade quando ele fala, de fatos a serem esclarecidos.

Realmente fiz com que o ex-Deputado Jocelito Canto tivesse pela nossa pessoa não só a amizade e o respeito mas a diferença política. Na campanha de Prefeito Municipal da minha cidade, onde moro, onde conheço, onde sei se o povo está ou não satisfeito com quem quer que seja, apoiei o Deputado Plauto Miró Guimarães contra o ilustre colega Péricles Mello que disputou aquela eleição e quase venceu e o Prefeito atual da minha cidade.

Terminado o embate político, continuo morando na minha cidade, gosto dela, a defendo assim como a minha região. E, é defendendo minha cidade e minha região que em inúmeras oportunidades me assentei com o Governador do Estado, com os Secretários e Autarquias e levamos inúmeros melhoramentos à nossa cidade.

Aqui está para o Senhor Líder do Governo tomar conhecimento do que fez o destempero não depois da cerimônia, mas, o destempero do Governador do Estado do Paraná que deveria ter um equilíbrio um pouco maior do que possui quando refere-se àquele episódio. Isto foi tentado ser entregue inúmeras vezes sem ser conseguido.

Não defendo o Prefeito, defendo minha cidade, minha região porque toda a cidade de Ponta Grossa e lá tem a população de um modo geral, como mostra a pesquisa realizada e onde o Deputado Plauto está na frente, onde o Prefeito Jocelito quase encosta, onde o Deputado Péricles também tem uma boa votação, ali está mostrado o respeito pelos homens públicos que irão disputar a Prefeitura.

Já me antepoño ao Deputado Valdir Rossoni. Seja qual for o vencedor do próximo pleito estarei ao lado do Prefeito da minha cidade e assim o faço porque gosto da minha cidade.

Meu candidato a Prefeito foi Plauto e perdeu, mas continuo trabalhando pela cidade, pela região e pelo Estado como haveremos de continuar trabalhando por este poder na questão relacionada ao Tribunal de

Contas sem ingerência de gente de fora aqui dentro desta Casa.

Chega desta Casa ser submissa a pessoas estranhas a este Poder que quando temos a indicação na mão, de um sentido constitucional, dentro das prerrogativas da Lei, trazer um alienígena como abrimos mão como abrimos mão na última indicação com o cunhado do Governador, que lá está numa vaga deste Poder.

Por isso, Senhor ilustre Líder do Governo, o que mais deixou brabo o Senhor Governador não foi o pedido aqui transcrito aonde educadamente foi entregue publicamente a mais alta autoridade deste Estado.

(Lê):

“Ofício 1002/99 - GP

19 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Governador:

No honroso cargo de Prefeito Municipal de Ponta Grossa quero externar meus mais sinceros agradecimentos pelo decidido apoio que tenho recebido de Vossa Excelência no tocante ao processo de industrialização de nossa cidade.

Não poderia deixar passar este momento tão importante para Ponta Grossa e região e aproveitar a oportunidade para reivindicar ao Ilustre Governador outras obras e ações de idêntias importâncias para o nosso povo e nossa cidade e região.”

E aqui ele enumera as obras que estão realmente com dificuldades e não estão concluídas, apesar de todos os esforços spendidos.

Mas o que mais chateou o Governador a cobrança pública foi da palavra. Nós, homens públicos, estamos desacreditados aqui no Estado e na Nação pela falta do cumprimento da palavra.

E aqui ele diz:

(Lê):

“Outrossim, de conformidade com o compromisso verbal de Vossa Excelência quando de minha reivindicação para que Ponta Grossa se fizesse representar no Primeiro Escalão do Governo Estadual, face a sua representatividade, lembro-me de sua resposta oportunizando-me a ocasião de vaga no citado Escalão e que poderia ser feita a indicação de Cidadãos Pontagrossenses para comporem seu Governo.

Por este fato, considerando agora a vacância da importante pasta da Secretaria Estadual do Trabalho, permito-me sugerir a Vossa Excelência nomes de conceituados homens públicos de minha cidade para auxiliá-lo representando a importante região dos Campos Gerais, cidadãos estes que integram e militam nas agremiações partidárias que lhe dão o necessário apoio a nível parlamentar e que integram a Coligação que o reconduziram ao Palácio Iguaçu quais sejam eles:

Pedro Wosgrau Filho - PTB

Odeni Villaca Mongruel - PSDB

Roberto Frederico Merhy - PTB

João Carlos Barbiero - PL

Aproveito a oportunidade para agradecer uma vez mais as ações de seu Governo em prol do processo de industrialização de Ponta Grossa e reitero a Vossa Excelência os meus mais profundos sentimentos de respeito e admiração.

Atenciosamente,

(a) JOCELITO CANTO
Prefeito Municipal”

Nada tenho a ver, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Líder do Governo, com Prefeito Jocelito Canto. Tenho a ver com a cidade que tem a palavra empenhada do Governador e a região dos Campos Gerais que acreditou nesta palavra. Enquanto não cumprir a palavra, Líder do Governo, voltarei a esta tribuna tantas vezes quantas forem necessárias e farei um requerimento para que venha a esta Casa o Governador e dizer que ele não empenhou a palavra. Cumpra a palavra e está tudo certo. É fácil. É só ter honradez no que diz e fazer. E digo e faço. Voltarei, Líder do Governo, falando a palavra empenhada do Governo do Estado. Ele não era candidato. Ele era Governador do Paraná candidato a reeleição. Disse que tinha compromisso na primeira oportunidade de não por no primeiro escalão devido os acordos políticos e compromissos. Nós respeitamos. Mas nesta segunda, quando empenhou a palavra que no primeiro remanejamento a cidade estaria presente, estaremos cobrando, não só as obras paradas, vamos dissertar ali como fez o ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães todos os dinheiros aplicados na cidade, principalmente na área educacional, os empréstimos internacionais nas escolas que os próximos cinco governadores do Paraná haverão de pagar as obras que foram por empréstimo do exterior por mais de vinte e cinco anos lá assentados. Vamos trazer em números e compromissos que o Governo do Estado levou a minha cidade mas por empréstimos auferidos e não dinheiro do Tesouro do Paraná.

Vamos trazer nesta tribuna, Senhor Líder do Governo, tudo aquilo que foi feito na nossa região e outras regiões do Paraná para mostrar que na industrialização Ponta Grossa recebeu o maior quinhão não foi por vontade do Governador não, pergunta para o Secretário de Indústria e Comércio atual, pergunta para o ex-Secretário que ali está sentado na Presidência deste Poder, foi que Ponta Grossa se situa no maior entroncamento rodoferroviário do sul do país, foi que Ponta Grossa se situa no corredor do exportação do Porto de Paranaguá, foi porque Ponta Grossa se situa na esquina do MERCOSUL, foi porque Ponta Grossa é realmente o Porto seco dos vinte e poucos Estados da Federação.

Por isso, qual a ajuda da lei desta Casa dos Senhores Deputados, de incentivo fiscal, Lei Anibal Khury, por isso Senhor Líder do Governo, com a anuência do Pontagrossense de adoção e agora de reconhecimento com o Título de Cidadão de Ponta Grossa, Nelson Justus, que foi aprovado pela Câmara pelo ilustre Vereador, Pres-

idente nosso em reconhecimento ao que ele fez, porque quem mais brigou não foi o Governador, foi aquele homem sentado na Presidência desta Casa, foi aquele que nos deu o credenciamento e a lei da posição geográfica de botar a cidade com aquilo que ela merece. E além da posição geográfica, Senhor Presidente e ilustre Líder do Governo, os assentamentos de investimento foram lá para auferir rendimento, porque se Ponta Grossa não desse lucro lá eles não estariam, ou eles iam se situar em Bituruna, em Ivaiporã, não desmerecendo as suas cidades, as suas comunidades, ou a nossa Cândido de Abreu do nosso ilustre Deputado Orlando Pessuti, é fora de rota Deputado, foi reunido o útil ao agradável.

Então isso não existe, o que o ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães apregoa é realmente igual a castelo de areia que se desfaz no primeiro momento que a verdade vem à tona.

Quero dizer, Senhor Líder do Governo, que os investimentos iremos trazer um-a-um, quem entrou com a maior parte, o Deputado Nelson Justus, ex-Secretário, sabe, a parceria entre o Governo e Município e a maior parte quem entrou foi o Município com o terreno, com a terraplanagem, com a infraestrutura, com tudo; e o Governo com o que entrou? O Governo entrou com uma lei que demos que foi isenção tributária. Se ele tivesse dado o que ele deu para Renault aqui em Curitiba seria o primeiro a dizer, aí sim o Tesouro do Estado investiu 100, 200, 300, 400 milhões de dólares como ele investiu na Renault, não investiu um tostão na indústria nenhuma em Ponta Grossa, deu isenção tributária, deu incentivo fiscal.

Por isso que a nossa discussão em termos de Ponta Grossa e da região e do Estado do Paraná vai ter um novo marco, é o marco da verdade, da transparência, da verdade, do respeito, e vai assim tantas quantas vezes forem necessárias. Tenho a certeza, nobre Líder do Governo, que intimamente Vossa Excelência concorda conosco, mas publicamente, e agora, mesmo num ascenso de cabeça pelo cargo que ocupa tem que fazer o seu papel, que reconhecemos que é o papel de defesa do Governo do Estado que não pode ser defendido quando não cumpre a palavra.

A palavra do homem, o compromisso do homem devem ser cumpridos, e o compromisso com a minha cidade, com a minha região, haverá de ser cobrado enquanto mandato eu tiver aqui nesta Casa, não só de Secretário, mas em tudo aquilo, na liberação do Paraná Urbano, que lá infelizmente os dois milhões e meio estão esbarrando, não em burocracia, mas em vontade política, quando corta hora extra de simples funcionários lá do setor de saúde de Ponta Grossa, 20, 30, 50 reais, de enfermeiros desta classe que aqui estava é realmente falta de habilidade e de sensibilidade política.

Por isso, Senhor Presidente, uma vez mais cumprimento Vossa Excelência, que foi determinante nas indústrias de Ponta Grossa, que brigou inúmeras vezes, e com a nossa presença, para que ali fossem assentados investimentos que realmente merecemos.

A Cidade de Ponta Grossa, por uma dádiva de Deus e da natureza ali se situa, num entroncamento que faz inveja aos quadrantes do Estado, não por vontade nossa, que ali nascemos, mas por vontade de Deus, que fez com que aquela cidade seja o que é.

O prefeito é transitório, como já falei. Vem outro prefeito e continuaremos defendendo a cidade, a região, o nosso Estado, com a mesma disposição que nos encontramos agora.

Quero dizer ao Líder do Governo, tantas vezes forem necessárias, ele pode ter a opinião dele e eu respeito, não me meto em assunto de Bituruna, de União da Vitória, para dizer que o povo está insatisfeito.

Andei na rua, hoje de manhã, fui aos Supermercados Tozeto, Mufato, Iansen, fui ver o que a opinião pública falava, ilustre Líder do Governo. Quero lhe convidar agora, para você ir jantar comigo na minha cidade, escolha o restaurante. Começamos pelos garçons, vamos à cozinha, pelos fregueses e crianças, escolha o local. E você vai mudar de opinião, se o povo está do lado que você defende ou do lado que o prefeito de Ponta Grossa, que este Deputado e que as lideranças defendem, que é o lado da verdade.

Cumpra a palavra, Governador, e a cidade será grata ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Também inscrito para Explicações Pessoais, com igual prazo de quinze minutos, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Explicações Pessoais)

Senhor Presidente, gostaria de deixar aqui, inicialmente, com toda a tranqüilidade possível, e dizer o seguinte: não me envergonho jamais em nascer num Município como Bituruna. Bituruna é uma cidade de quinze mil habitantes, onde esse cidadão fez 94% dos votos. Quer dizer que é um sinal que estou credenciado em falar de Bituruna. Não me envergonho também de ser representante de União da Vitória, onde fiz 52% dos votos válidos, e não é a minha cidade. Tenho na minha região o mais profundo respeito, como tenho o respeito a todas as regiões do Paraná.

Quando me elegi Deputado, não foi para ser eleito Deputado de Bituruna. Me elegi Deputado para ser Deputado de todos os paranaenses e foi por isso que fiz 60 mil votos.

Quando se fala em honrar a palavra aqui, é uma das coisas importantes dessa Casa, Senhor Presidente. A palavra de um homem tem que ser honrada.

Quero fazer algumas indagações para que fique claro, não vejo porque a indignação do Deputado Zuk, quando coloquei ali o desequilíbrio de Prefeito de Ponta Grossa, porque não fiz críticas ao Deputado Zuk; porque vi - pessoalmente - o Deputado Zuk fazendo críticas mais pesadas que as que fiz daquela tribuna. Quem está se contradizendo não é o Deputado Rossoni.

Em nenhum momento fiz ataques a Ponta Grossa. O Governador Jaime Lerner tem um respeito muito grande por Ponta Grossa, prova disso é a relação de indústrias que foram levadas para lá. Vou requerer de Vossa Excelência que faça um requerimento, porque pelo pronunciamento feito aqui pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, quer dizer que os investimentos que foram levados para Ponta Grossa não foram levados pela vontade do Governador, foram por vontade do Secretário da Indústria e Comércio - com a palavra o Presidente da Casa, que foi Secretário da Indústria e Comércio - se era vontade do Secretário ou do Governador.

Mas antes, gostaria de dizer mais uma contradição do Deputado Luiz Carlos Zuk. Ele vem falar aqui em alienígena na questão do Tribunal de Contas!

Gostaria de fazer mais um pedido a Vossa Excelência, como forma de requerimento, que o senhor buscasse nos Anais desta Casa, em que votou o Deputado Luiz Carlos Zuk, já que ele é contrário a pessoas estranhas a esta Casa a serem candidatos a Conselheiros do Tribunal de Contas. Porque aí, vamos começar realmente a verificar quem tem palavra e quem não tem palavra.

Quero dizer aos Senhores Parlamentares, e gostaria que o Deputado Péricles, o Deputado Plauto e o Deputado Zuk entendessem que de nenhuma maneira quis aqui fazer acusações à população de Ponta Grossa. Me desculpe, Deputado Zuk, sei que a população de Ponta Grossa desaprova grosserias, desaprova desequilíbrios, desaprova atitudes que não são condizentes com a população daquela grandiosidade que é Ponta Grossa, a cidade em que estudei, e também conheço aquele povo!

Então, não vejo porque a alteração do Deputado Luiz Carlos Zuk! Não sei se ele quer fazer defesa do Prefeito ou se ele quer atacar o Governo, mas tenho certeza absoluta que o Governador Jaime Lerner é homem de honrar a palavra! Tenho certeza absoluta que o Governador Jaime Lerner é um homem digno! Se existe alguém que sabe respeitar o ser humano, é o Governador Jaime Lerner!

O Governador Jaime Lerner, quando faz um pronunciamento, a primeira questão que ele se preocupa é a do social, a da geração do emprego, a da criança abandonada, é o trabalho que a Fani Lerner faz, no Estado inteiro, em favor do povo carente!

Não consigo entender o pronunciamento do Deputado Zuk. Em que lado ele está? Com quem ele está? Se ele realmente está defendendo este Prefeito que, naquele momento, jamais estava representando Ponta Grossa, estava representando sim, o seu desequilíbrio. Porque quem corre atrás juiz de futebol, como disse aqui o Deputado Péricles, quem bate em jornalista, quem desacata... Ora, se você receber um inimigo, na sua casa, você jamais vai destratá-lo na sua casa, você vai recebê-lo com educação, porque ele está chegando na sua casa. É esta atitude que um Prefeito tem que ter, que deve ter!

A Cidade de União da Vitória, a Cidade de Bituruna, por mais menosprezo que tenham, por serem pequenas, humildes, e que também deu a mesma percentagem de

votos que a sua cidade também deu, todos os governantes que vão naquela região, são recebidos com respeito, com admiração. E aquela população também faz como a de Ponta Grossa, torce para que os governantes façam o máximo possível para diminuir o sofrimento da população.

Então, continuo desaprovando a atitude do Prefeito Jocelito, porque não dá para comparar as duas pessoas, se colocarmos o Prefeito Jocelito e o Governador Jaime Lerner... Ora, minha gente, em termos de dignidade, de honestidade, de postura, como cidadão... Ora, minha gente, o Governador Jaime Lerner é respeitado pelo mundo! Onde o Jocelito foi dar uma palestra? Nem lá em Bituruna! enquanto nosso Governador Jaime Lerner percorre o mundo transmitindo experiências...

Por isso, Deputado Zuk, Vossa Excelência é um Deputado combativo, continue defendendo a sua cidade com esta firmeza, com esta dureza, mas trilhe outro caminho, longes deste cidadão, porque certamente, se Vossa Excelência continuar com esta atitude, ele vai ajudar a lhe enterrar politicamente. Porque, quem não tem dignidade e respeito para receber o Governador na sua cidade, não merece o cargo que exerce! E se Vossa Excelência continuar junto com este cidadão, certamente terá o mesmo fim, que é o fim do respeito da população de Ponta Grossa!

Agradeço, Senhor Presidente, mas gostaria - não tenho este direito, mas como Secretário da Indústria e Comércio - de saber de Vossa Excelência, se alguma vez o Governador determinou que os investimentos fossem feitos em Ponta Grossa. Porque senão, parece que quem faz as obras, no Estado, são os Secretário e, segundo o que sei, Senhor Presidente, o Governador se reúne, semanalmente, com os Secretários e determina o que tem que ser executado no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de encerrar a sessão, quero dizer que, Ponta Grossa - terra dos meus ancestrais, dos meus avós, dos meus pais - merece, realmente, muito mais discussão do que essa.

Essa Presidência entende como lamentável o episódio ocorrido na tarde de ontem e lamenta profundamente isso!

Realmente, Ponta Grossa, como grande parte do Estado do Paraná, recebeu um número expressivo de investimentos a nível de indústrias. E a história - tenho dito isso - vai se encarregar de mostrar ao longo dos anos, que a transformação feita pelo Governador Jaime Lerner, é uma realidade. Não é muitas vezes, visto num momento imediato, mas dentro de quatro ou cinco anos, vamos entender realmente isso.

Ponta Grossa, não só pelo que ela representa, pela situação que tem, pela população que tem, pela infraestrutura que tem, recebeu investimentos importantíssimos. E não tem como negar. É evidente, eu não seria hipócrita, e estaria mentindo, se não dissesse que a credibilidade do Governador Jaime Lerner, o dedo do Gover-

nador Jaime Lerner, influuiu muito na industrialização de todo o Estado. É evidente, todos os Secretários do Estado não são outros se não Delegados do próprio Secretário. Mas Ponta Grossa, pelo que ela representa realmente, merece muito mais do que uma discussão como essa, em bom nível. Não tenho dúvidas que não houve aqui nenhum tipo de desatino, nenhum tipo de ofensa, e as colocações foram feitas com equilíbrio e bom senso, em nome desse Poder e da nossa cidade.

Antes de levantarmos a sessão, gostaria de convidar a todos para a Sessão Solene de amanhã, e Sessão Extraordinária de entrega de Título ao Doutor Zacharias Emiliano Seleme, por proposição do Deputado Cezar Seleme, às 16:00 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 187, 319 e 475/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 395, 479 e 481/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 331 e 424/99.

Convido ainda os Senhores Deputados para a Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Zacharias Emiliano Seleme, para quinta-feira, dia 21, às 16:00 horas.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 26ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1999

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Cezar Silvestri e Antonio Carlos Belinati.

Às dezessete horas e vinte e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Tra-

iano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Ricardo Chab e Tiago Amorim Novaes.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE :

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos para o Pequeno e Grande expedientes.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 300/99, de autoria do Deputado Marcos Isfeer, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos, Fernando Noronha, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 300/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos Fernando de Noronha, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.10.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTÔNIO BARATTER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 302/99, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade o Colégio Brasileiro de Homeopatia Constantini Hering, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 302/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Colégio Brasileiro de Homeopatia Constantine Hering - Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTÔNIO BARATTER - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 473/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto Torre Forte de Recuperação dos Toxicômanos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 473/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade pública o Instituto Torre Forte de Recuperação de Toxicômanos - Desafio Jovem do Brasil, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.10.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 033/99, de autoria da Comissão Executiva, que altera a Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992. PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 035/99, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a filiação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná junto à União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE. PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quinta-feira dia 21, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 434, 482 e 500/99
e dos de Resolução nºs 033 e 035/99.

Levanta-se a sessão.